

MARIA TERESA KRÄHENBÜHL LEITÃO

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE
CASO DAS OLIMPÍADAS ESPECIAIS**

200306418

**CAMPINAS
2002**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	80
Nº CHAMADA	TUNICAMP
	L535p
V	EX
TOMBO BC/	52388
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00179786-5

BIB ID 279889

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

L535p Leitão, Maria Teresa Krahenbuhl
 Perspectivas de atuação profissional: um estudo de caso das Olimpíadas Especiais / Maria Teresa Krahenbuhl Leitão.-- Campinas, SP: [s. n.], 2002.

Orientador: José Júlio Gavião de Almeida
 Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

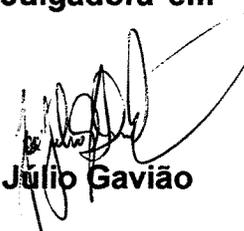
1. Esportes para deficientes. 2. Deficiência mental. 3. Olimpíadas. I. Almeida, José Júlio Gavião de. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

MARIA TERESA KRÄHENBÜHL LEITÃO

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE
CASO DAS OLIMPÍADAS ESPECIAIS**

"Este exemplar corresponde à redação final da tese de doutorado, defendida por Maria Teresa Krähenbühl Leitão e aprovada pela Comissão Julgadora em 18/11/2002".

**Orientador: Prof. Dr. José Julio Gavião
de Almeida**



**CAMPINAS
2002**



Foto de Kristen Kemerling, extraída do calendário da Special Olympics de 2002, distribuído aos programas nacionais

Vou sempre me lembrar do juramento "Quero vencer. Mas se não puder vencer, quero ser valente na tentativa".

Isso não quer dizer vencer ou derrotar outros times. Mas participar e jogar com o coração e dar o melhor de si.

E isso é tudo o que importa.

JEREMY WRIGHT

Atleta das Olimpíadas Especiais

EPÍGRAFE

De tudo, ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

Aos meus pais Paulo e Rachel pela dedicação, amor e por tudo que têm feito por nós.

Aos atletas e profissionais das Olimpíadas Especiais Brasil, pelas inúmeras oportunidades que tive de crescer pessoal e profissionalmente.

AGRADECIMENTOS

A minha família **Paulo e Rachel, Marta, Paulo, Miriam e Claudia, sobrinhos e sobrinhas**, todas as conquistas têm que ser divididas com vocês, pois família é essencial.

Novamente ao **Paulo**, obrigada pelas revisões, correções, traduções...

Prof. Dr. **José Júlio Gavião de Almeida**, pela competência, isenção e dedicação com as quais me orientou. Obrigada

Ao Prof. **Vanilton Senatore** e Sr. **Dieter Fanta**, além de vocês terem aberto as portas para meu trabalho nas Olimpíadas Especiais, me proporcionaram o mais importante, conviver com pessoas mais do que especiais.

Ao Prof. Doutorando **Vagner Bérghamo**, não é por acaso que as pessoas entram e permanecem na nossa vida. Obrigada pelas infindáveis ajudas e principalmente por sua amizade.

Aos amigos do PEAMA (**Alessandro, Ana, César, Denise, Liu e Romilda**). Nosso grupo é imbatível e espero poder incentivá-los a continuar na pesquisa, tanto quanto vocês me incentivam a lutar pelos meus ideais. Obrigada é muito pouco. Ps: PEamo vocês.

Aos **alunos do PEAMA**. Vocês serão sempre os responsáveis por minhas buscas. Obrigada.

À “Família” Olimpíadas Especiais Brasil (**Vinícius, Ricardo, Vó, Itamar, Vagner, Alfin, Maurinho, Eliene, Mara, Vanessa, Aline, Eloísa, Tatiana, Mariana, Gustavo, Pedro Rosa, Cida, Nívea...**, não importa o nome do programa ou o logo. Nossa filosofia é em benefício dos atletas especiais e nossa missão é a de vencer desafios. Vamos em frente.

A todos os colegas da ESEF (Escola Superior de Educação Física de Jundiaí), (**Afonso,.....Wagner**). Obrigada pelo apoio e pelas oportunidades.

Aos professores Doutores **Edison, José Luiz, Bil e Paulinho**, vocês serão sempre referências na área e na vida.

Professoras doutoras ... eternas mestras do conhecimento **Graciele, Mey, Verena, Ruth Eugênia, Valéria, Lílian....**

Aos Profs. **Olival do Lago e Valber**. Grandes pesquisadores, grandes amigos.

Ao **Felipe, Jane e André**. Apesar do conservadorismo, espero ter podido ensinar mais que apenas dar aulas de tênis. Obrigada e boa sorte.

A **Marie-José e Zoca**. Obrigada pelo carinho. Je n’oblirais jamais.

RESUMO

Olimpíadas Especiais refere-se a um dos programas de esportes voltados para as pessoas com deficiência mental que enfatiza os atletas, a família e os voluntários, sendo que nessa denominação de voluntários, enquadram-se os organizadores de eventos e os técnicos esportivos. Portanto, neste estudo procuramos verificar o número de profissionais de educação física envolvidos com o treinamento e competição dos atletas atendidos por esse programa, considerando que a Special Olympics International não prioriza a questão de que o técnico/treinador deva ser profissional da área. Então, pretendemos discutir as perspectivas de atuação desses profissionais no trabalho junto aos atletas com deficiência mental. Para tanto, além da revisão bibliográfica sobre deficiência mental, olimpíadas especiais, esporte, educação física adaptada e esporte adaptado, a coleta de dados se dá mediante um questionário que foi enviado para 140 núcleos das Olimpíadas Especiais no mundo (incluindo os estados americanos) e também por meio de uma entrevista com o presidente e o diretor executivo das Olimpíadas Especiais Brasil, além da observação participante em 02 Jogos Mundiais (de verão e de inverno). Recebemos 75 respostas dos programas internacionais que foram registrados em forma de gráficos. As respostas obtidas nos mostraram que é grande o número de familiares e/ou voluntários de outras profissões envolvidos como técnicos/treinadores desses atletas e que os profissionais de educação física são maioria ou a totalidade, apenas em núcleos como o Brasil, França e Rússia, casos específicos em que existem leis que regem essa atuação prática. Por serem poucos os núcleos que enfatizam a atuação do profissional no

treinamento e como acreditamos nas possibilidades das pessoas com deficiência mental em aprender, propomos que o programa Olimpíadas Especiais Internacional reveja essa questão e que haja uma rediscussão no sentido de que, como comparativo com o voluntário, o profissional de educação física, pela sua formação e isenção no trabalho, teoricamente tem mais competência para utilizar o esporte como veículo de aprendizagem, de desenvolvimento, de promoção do crescimento pessoal e, utilizando a filosofia proposta pelo programa, fazendo com que cada vez mais atletas tenham chances de poder mostrar sua competência através de uma prática esportiva coerente, sendo cidadãos ativos e atuantes, num ambiente de mais igualdade, respeito e aceitação.

ABSTRACT

Special Olympics is one of the sports programs aimed at people with mental disability with focus on the athletes, families and volunteers. The latter include event organization personnel and coaches. In the present study we have attempted to assess the number of physical education professionals involved in the training and coaching of the athletes served by that program, inasmuch as Special Olympics International does not require that the coach/trainer be a physical education professional. Therefore, we have intended to discuss the prospects for the involvement of these professionals in the work with people with mental disability. In order to achieve that goal, in addition to a bibliographic research on mental disability, Special Olympics, sports, adapted physical education and adapted sports, the collection of data has been effected through a questionnaire which was sent to 140 chapters of the Special Olympics worldwide (including the American states) and also through an interview with the President and CEO of the Special Olympics Brazil, besides a participative observation during two World Games (summer and winter). We have received back 75 answers from the foreign programs, which were then plotted into graphs. The answers show that the number of family members and/or volunteers from other professions who are involved as coaches/trainers of these athletes is large and that physical education professionals are the majority or the entirety of them only in places like Brazil, France and Russia, which are specific countries where there are laws regulating that practice. In view of the small number of chapters that employ the work of physical education professionals for training, and in

view of our firm belief in the learning potential of people with mental disability, we suggest that Special Olympics International reexamines this matter, since on account of his background and detachment the physical education professional is theoretically more competent to use the sports as a learning, development and personal growth tool, as compared to the volunteer. That professional is also more capable of utilizing the philosophy proposed by the program so more and more athletes have a chance to show their competence through a coherent sports practice and to be active and participating citizens in a more equal, respectful and accepting environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	ATLETA DAS OLIMPÍADAS ESPECIAIS.....v
GRÁFICO 1 –	PORCENTAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO BRASIL, 2002.....09
GRÁFICO 2 –	DISTRIBUIÇÃO DE ATLETAS POR REGIÃO. SPECIAL OLYMPICS INC, 2001.....26
FIGURAS 1, 2 e 3 -	IMAGENS EXTRAÍDAS DA CAPA DO MANUAL “HOW TO START A SPECIAL OLYMPICS HEALTHY ATHLETES PROGRAM” DISTRIBUÍDO AOS PROGRAMAS NACIONAIS EM 1997 E DURANTE OS JOGOS MUNDIAIS.....39
FIGURA 4-	ATLETAS BRASILEIROS COM VOLUNTÁRIOS DA CIDADE ANFITRIÃ NOS JOGO MUNDIAIS DE VERÃO – CAROLINA DO NORTE - 1999.....40
FIGURA 5-	VOLUNTÁRIOS DA CIDADE ANFITRIÃ NA ABERTURA DOS JOGOS MUNDIAIS DE VERÃO – CAROLINA DO NORTE - 1999.....41
FIGURA 6-	ATLETAS BRASILEIROS COM ALUNOS DA ESCOLA ALPENGLOW (HOST TEAM)

	NOS JOGOS MUNDIAIS DE INVERNO – ALASCA - 2001.....	41
FIGURA 7-	ATLETAS BRASILEIROS NA ESCOLA ALPENGLow DURANTE O PROGRAMA HOST TEAM NOS JOGOS MUNDIAIS DE INVERNO – 2001.....	41
FIGURA 8-	EQUIPE DE HÓQUEI SOBRE PISO UNIFICADA – JOGOS MUNDIAIS DE INVERNO – ANCHORAGE, ALASCA – 2001.....	46
FIGURAS 9 e 10 -	ATLETA BRASILEIRO DE TÊNIS DE CAMPO COM SUA MÃE, SUA TÉCNICA E SUA TIA, E NA CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO. JOGOS MUNDIAIS DE VERÃO – CAROLINA DO NORTE – 1999.....	54
FIGURA 11 -	EQUIPE BRASILEIRA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS JOGOS MUNDIAIS DE VERÃO – CAROLINA DO NORTE - 1999.....	54
FIGURAS 12 e 13 -	EQUIPE DE PATINAÇÃO E DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS JOGOS MUNDIAIS DE INVERNO – ANCHORAGE, ALASCA - 2001.....	54
GRÁFICO 3 –	RESPOSTAS RECEBIDAS POR REGIÃO.....	60

GRÁFICOS 4, 5, 6, 7, 8 e 9 –	NÚMERO DE MODALIDADES POR REGIÃO.....	61
GRÁFICOS 10, 11, 12, 13, 14 e 15 –	NÚMERO DE TÉCNICOS POR REGIÃO.....	63
GRÁFICOS 16, 17, 18 e 19 –	PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR REGIÃO.....	66
GRÁFICO 20 –	FAMILIARES ENVOLVIDOS COM O TREINAMENTO - TODAS AS REGIÕES.....	68
GRÁFICO 21 –	TÉCNICOS, PROFESSORES E FAMILIARES.....	69

SUMÁRIO

EPÍGRAFE.....	vii
DEDICATÓRIA.....	ix
AGRADECIMENTOS.....	xi
RESUMO.....	xv
ABSTRACT.....	xix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	XXiii
1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - DEFICIÊNCIA MENTAL.....	6
3 - ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL.....	14
3.1 PARAOLIMPIADAS E DEFICIÊNCIA MENTAL.....	19
3.2 OLIMPIADAS ESPECIAIS.....	22
3.2.1 OLIMPIADAS ESPECIAIS BRASIL.....	50
4 - MATERIAIS E MÉTODOS.....	58
5 - RESULTADOS.....	60
6 - DISCUSSÃO.....	71
7 - CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXOS.....	109

1- INTRODUÇÃO

Muitas pessoas com deficiência mental são inativas por falta de estímulos sócio-culturais e, algumas vezes, ainda são subestimadas, principalmente com relação à prática de esportes, porém, após um grande período tentando mostrar à sociedade seus valores e suas capacidades, essas pessoas têm encontrado cada vez mais espaço para exercer seus direitos como cidadãos.

FERRAZ (2002) diz que podemos considerar que a prática esportiva tem sido tão importante quanto as atividades intelectuais no que se refere a qualidade de vida, pois a disciplina, a cooperação e a própria competitividade, inerentes à ela, contribuem na formação dos indivíduos e na aquisição de valores sociais presentes na nossa cultura.

Completa ARAÚJO (1998), que para pessoas com deficiências, essa prática tem contribuído de forma significativa, pois “o desporto para pessoas portadoras de deficiência é um dos vários benefícios que estão sendo, aos poucos conquistados neste país... como forma de minimizar as limitações ou dificuldades impostas pela sua deficiência”, além de

privilegiar o que o indivíduo consegue realizar, diminuindo conseqüentemente as restrições e limitações associadas à condição.

Nesse sentido, o esporte adaptado, aquele que pode ser criado ou modificado para atender as pessoas com deficiências, tem sido de grande valia para aqueles indivíduos que, como afirma GREGUOL (2002), estejam limitados de alguma forma para participar de atividades esportivas convencionais, ou que eles possam simplesmente ter a chance de escolher.

Considerando que existem no Brasil, programas específicos, adaptados ou não, que enfatizam a prática de esportes para pessoas com deficiência mental tais como as Olimpíadas Especiais e as Olimpíadas das APAEs, algumas dúvidas foram surgindo levando-nos a questionar quem são os profissionais que estão atuando como técnicos/treinadores das pessoas com deficiência mental na prática esportiva e qual a relação deles com a educação física, já que na grande maioria dos cursos de graduação em educação física existe uma disciplina, ou pelo menos um conteúdo específico que aborda as questões das pessoas com deficiências.

Vamos abordar mais diretamente neste trabalho, o caso das Olimpíadas Especiais ("Special Olympics Inc") pois refere-se a um programa internacional de treinamento e competição esportiva presente em 52 estados americanos e mais 161 países, voltado para essa clientela, que têm como pilares de sustentação um tripé formado pelos atletas, pela família e pelos voluntários, sendo que nessa denominação de voluntários, enquadram-se os organizadores de eventos e os técnicos esportivos, sendo que na sua grande maioria, os técnicos são constituídos de pessoas

leigas como pais, amigos próximos, parentes, ex-atletas. Em alguns casos há também profissionais da educação física, como veremos a seguir.

Essa inquietação se tornou mais efetiva, após nossa participação em 02 Jogos Mundiais (um de verão e um de inverno), quando constatamos um grande número de atletas desclassificados (nas modalidades individuais, tanto nas provas regulares quanto nas adaptadas, por problemas “técnicos” ou mesmo desrespeito às regras), fato que pode estar sendo influenciado pelo grande número de voluntários e familiares envolvidos com o treinamento e também pela importância desses eventos nos Estados Unidos ou mesmo pela abrangência desse programa no mundo.

Considerando que a direção do programa internacional não prioriza a questão de que o técnico/treinador deva ser profissional da educação física, pretendemos discutir essa relação, pois antes de trabalhar com pessoas com deficiência mental, tínhamos a experiência como participante em competições ‘regulares’ que enfatiza o rendimento e, mesmo graduados em educação física, tínhamos uma visão tradicional do esporte.

A partir das participações nas Olimpíadas Especiais, houve transformações no nosso modo de encarar a prática esportiva e essa mudança se refletiu nas nossas aulas com alunos que não têm deficiência, havendo um maior envolvimento, uma maior participação, uma maior motivação e compreensão dos limites do ser humano.

Não significa que os resultados deixaram de acontecer, eles apareceram com mais facilidade, pois eles refletem a ampliação das potencialidades de cada um, seja ele um pessoa com deficiência ou não,

caracterizado pela divisão em níveis eqüitativos, nos quais cada atleta compete em igualdade de condições e qualquer um pode ser vencedor.

Dada a afirmação de ALMEIDA (1995) "...não mais terão significado maior os movimentos do homem, mas o homem e seus movimentos", e como não podemos negar que a prática esportiva exerce grande influência como agente de inclusão na sociedade, preocupa-nos saber que prática é essa e quem a está aplicando?

Não pretendemos isolar, nem tampouco descartar o trabalho realizado pelas famílias e voluntários por entendermos que são peças fundamentais no desenvolvimento dos atletas com deficiência mental e que podem ajudá-los a adquirir as competências, seja levando-os para as atividades, seja estimulando-os, seja treinando com eles no tempo livre.

As pessoas com deficiência mental na grande maioria das vezes podem ser mais suscetíveis a serem conduzidas ou induzidas para qualquer que seja o caminho escolhido para elas, pelo fato de apresentarem um déficit cognitivo.

Sendo assim, a prática esportiva pode estar sendo utilizada para muitos com um fim de rendimento, enquanto que para outros, a ênfase pode estar no desenvolvimento geral, nas conquistas individuais e na satisfação de que cada atleta consiga se superar.

Entendemos que a formação de um profissional de educação física comprometido, engloba todos os aspectos inerentes ao treinamento, pois além dos aspectos bio-psico-sociais, trabalha o indivíduo como um todo, o que pode ampliar o universo de competências da pessoa com deficiência mental, fazendo com que ela tenha oportunidade de aprender e não

simplesmente repetir o gesto técnico e **mostrar sua potencialidade diferente e não deficiente.**

Queremos como técnico/treinador, um profissional de educação física que utilize a filosofia do programa Olimpíadas Especiais porque entende o ser humano como o centro das atenções, que entenda e respeite os limites e valorize a igualdade de condições e com isso possa fazer com que o atleta goste da prática esportiva e por meio dela seja reconhecido, ampliando seu universo de ação e mostrando que é (d)eficiente.

Além disso, partimos da premissa de que o esporte enquanto veículo desse processo, pode proporcionar benefícios físicos, mentais e sociais, uma troca de experiência gratificante, podendo também desenvolver as capacidades de cada um, educar a uma autonomia e promover incentivos para o crescimento pessoal, num ambiente de mais igualdade, de respeito e de aceitação.

Sugerimos então uma discussão nos aspectos levantados, sendo que podemos ter como comparativo as Olimpíadas Especiais Brasil, que segue esse caminho mesmo antes da criação do Conselho Federal de Educação Física e da consolidação da lei.

2 - DEFICIÊNCIA MENTAL

A deficiência mental tem sido estudada ao longo dos anos por autores de diferentes áreas de conhecimento, em uma visão histórica e evolutiva, sendo que as pessoas com essa deficiência têm sido denominadas por termos que procuram descrever a natureza dos problemas, porém muitos dos termos são ultrapassados e inadequados e não refletem as possibilidades dos indivíduos e sim, enfatizam suas incapacidades.

Algumas teorias contribuíram sobremaneira para direcionar a teoria e as definições utilizadas posteriormente na deficiência mental, como a utilização dos testes de Quociente de Inteligência (Q.I.) para classificar os indivíduos. Essas teorias como afirma SANTOS (2001), são ainda excludentes pelo fato de se utilizar de uma classificação para determinar o grau de deficiência, enfatizando de certa maneira um processo de rotulação e estigmatização.

A partir da definição proposta pela Associação Americana de Retardo Mental “American Association on Mental Retardation” (AAMR), que em 1992 define a pessoa como “mentalmente retardada” quando os seguintes critérios são encontrados: “funcionamento intelectual significativamente abaixo da média (Q.I. abaixo de 70-75), substanciais limitações no funcionamento em 2 ou mais áreas do comportamento adaptativo e se manifesta antes dos 18 anos de idade”, houve uma

mudança na maneira pela qual as pessoas seriam classificadas, levando em consideração fatores como as habilidades sociais, dentre outras (www.aamr.org/policies/faq_mental_retardation).

Esta definição também é citada pelos autores HIRST e MICHAELIS (1983); PESSOTTI (1984); KIRK & GALLAGHER (1991); MENDES (1995); SANTOS (2000) e ROSADAS (2001), quando retardo mental é descrito como um tipo particular de condição/estado funcional que reflete a defasagem entre as capacidades do indivíduo e a estrutura e expectativas do seu meio (www.aamr.org/policies/faq_mental_retardation).

Uma classificação que tem sido valorizada mais recentemente é a do comportamento adaptativo, definido por RODRIGUES¹ apud FERREIRA (1997, p. 13) como “a eficiência ou grau com o qual o indivíduo preenche as normas de independência pessoal e responsabilidade social que são esperadas por idade e por grupo cultural”. A classificação é em dois níveis (leve e grave) e a adaptação é mediada pela inteligência, ou seja, eles apresentam uma “relação funcional” (ROSADAS e PEDRINELLI, 2002).

O comportamento adaptativo aborda os itens: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, aptidões sociais, participação comunitária, autodireção, saúde e segurança, funções acadêmicas, lazer e trabalho. O indivíduo é avaliado pelo que ele faz regularmente e não pelo que ele deveria ser capaz de fazer e para que seja considerado deficiente, deve estar defasado em duas ou mais dessas áreas (FERREIRA, 1997).

Nessa abordagem que enfatiza a pessoa e suas relações com o ambiente em que vive, já há hoje, uma visão menos negativa em relação

¹ RODRIGUES, D.A Atividade motora como recurso educacional para o portador de deficiência mental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 1, 1995, Campinas. *Anais*. Campinas: FEF/Unicamp, 1995.

às pessoas com deficiência mental, pois procura entender o indivíduo relacionando-o ao seu meio. Embora haja ainda, necessidade de tentarmos eliminar as barreiras (educacionais, culturais e sociais) que limitam o desenvolvimento dessas pessoas, pois as classificações são amplamente utilizadas e muitas vezes rotulam seu comportamento e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Segundo dados da Associação Americana para Cidadãos Retardados divulgados no site www.thearc.org, nos Estados Unidos, estima-se que a prevalência de retardo mental (*sic*) esteja entre 2 a 7.5 milhões de pessoas.

Ao redor do mundo, há 170 milhões de pessoas com deficiência mental, de acordo com a estimativa da Organização Mundial de Saúde, correspondendo a aproximadamente 3% da população global.

O censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que foi publicado na Folha de São Paulo em 09/05/2002 indica que há no Brasil 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência o que corresponde a 14,5% da população e, dentre essa população, as pessoas com deficiência mental representam 8,3% dessa porcentagem, como podemos ver no gráfico a seguir.

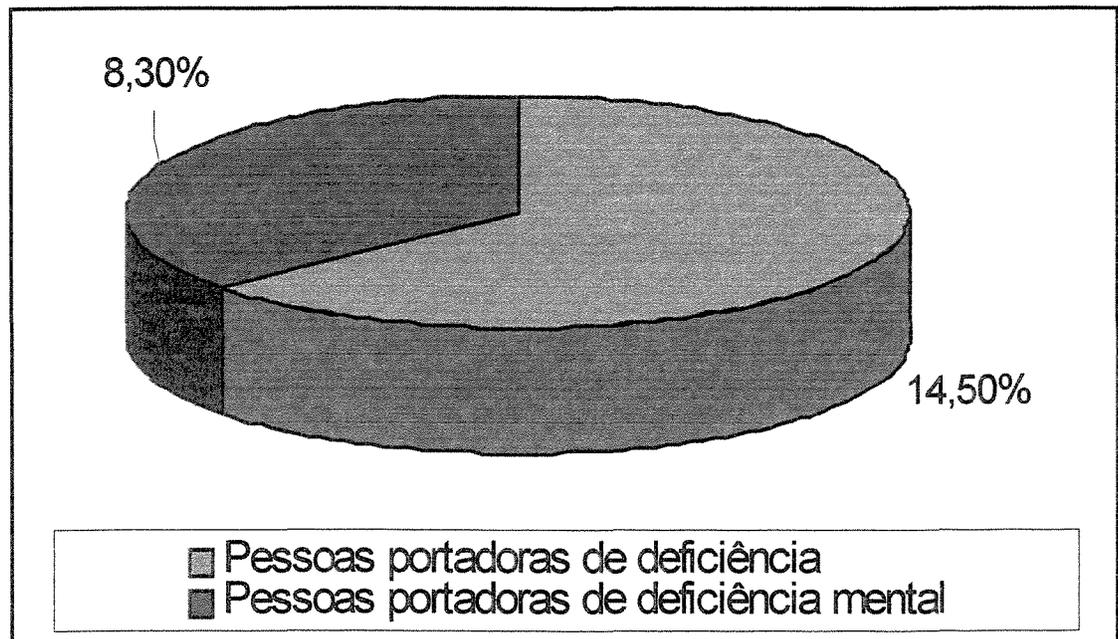


Gráfico 1 – Porcentagem de pessoas com deficiência mental no Brasil (IBGE publicado na Folha de São Paulo, maio de 2002)

São muitas as causas da deficiência mental e algumas delas são decorrentes de “*fatores orgânicos* (genéticos, pré-natal, perinatal e pós-natal) e os *fatores ambientais* (cultural e o familiar que tem relação com variáveis genéticas e ambientais)” CIDADE E FREITAS (2002, p. 49), além de outras não diagnosticadas, sendo que poucos apresentam uma definição clara da causa.

Como explicam RODRIGUES (1998), ROSADAS & PEDRINELLI (2002, p. 10), a deficiência mental está muitas vezes relacionada à rigidez mental, maneirismo cognitivo, condições diferentes de expressão, déficits de aprendizagem, uso diminuído da linguagem e déficits na memória de curta duração.

Completa VELASCO (1996, p. 91) que a criança com deficiência mental tem “dificuldades de abstração, assimilação e concentração”. Afirma ainda que é importante sabermos que a idade mental pode condicionar as possibilidades a nível cognitivo, mas a idade cronológica e as experiências vividas ajudarão a influenciar o interesse e poderão determinar a motivação.

Conforme explica MENDES (1995, p. 68 e 69) o conceito de deficiência mental tem sido determinado por razões diversas como a política, ideológica, filosófica, científica, porém, qualquer terminologia é determinada por valores culturais ou expectativas momentâneas.

Muitas terminologias ou conceitos enfatizam a segregação, a discriminação ou a estigmatização de tais pessoas e possuem um significado forte que podem trazer implicações maléficas, desconsiderando o indivíduo. Outras porém, tentam definir as características das pessoas em questão das quais podemos citar as mais utilizadas, baseados nos autores BRASIL/MEC, SEESP (1994, p. 22); PEDRINELLI, (1994(b)); FREITAS e CIDADE (1997, p.13); PETTENGIL (2001, p.19) e PEDRINELLI (informação recebida através de documento eletrônico, no dia 18/6/2001, provedor uol, às 14:21).

- pessoa deficiente - qualquer um que, devido a suas capacidades físicas ou mentais, não seja capaz de assegurar uma vida individual ou social ‘normal’;
- pessoa portadora de deficiência - pessoa que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou

adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social. A legislação esportiva também utiliza essa expressão;

COMENTÁRIO: PEDRINELLI (informação recebida através de documento eletrônico, no dia 18/6/2001, provedor uol, às 14:21) contesta essa terminologia dizendo que o termo 'portador' implica que se pudesse chegar em casa e tirar a deficiência, embora tenha sido o próprio grupo de portadores de deficiência física que em 1981 optou por essa terminologia, e que ela aparece na Constituição Brasileira em 1988 substituindo o termo 'excepcional'.

- pessoa portadora de necessidades especiais - a pessoa que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades.

COMENTÁRIO: RODRIGUES (1998)² diz que pelo menos no termo "pessoa portadora de deficiência", antes do deficiente, vem a "pessoa" e que em relação ao "pessoa portadora de necessidades especiais", que necessidades especiais todos temos. O importante é começar a olhar pela eficiência e não pela deficiência.

- pessoa portadora de necessidades educativas especiais – utilizada no âmbito escolar;

² RODRIGUES, J. L. Curso sobre deficiência mental, durante o Simpósio SESC São Carlos de atividades físicas alternativas e adaptadas, em maio de 1998.

PEDRINELLI (informação recebida através de documento eletrônico, no dia 18/6/2001, provedor uol, às 14:21) ainda comenta a afirmação de Ribas quando diz que 'deficiente' carrega o sentido de 'não eficiente', completando que no Congresso da IFAPA (International Federation on Adapted Physical Activity) em Barcelona, instituiu-se o termo 'pessoa com deficiência', evitando os termos 'disabled' (inválido, incapaz) ou 'handicapped' (desvantagem, deficiência).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, antes eram utilizados os termos 'impairment', 'deficiency', 'handicapped' e agora a ICDH-2 (International Classification of Functioning, Disability and Health) leva em consideração as condições de saúde (o que a pessoa com a doença faz ou pode fazer), bem como os fatores ambientais.

Com relação à deficiência mental, a terminologia sugerida é "discapacidade intelectual" explicando que esse porém, implica em capacidades diferentes mas não incapacitantes necessariamente. Vale ressaltar que o termo 'discapacidade' não existe em português (www.who.org).

A IFAPA (International Federation on Adapted Physical Activity) tende a usar menos frequentemente o termo deficiência, porém tem utilizado o termo 'discapacidade intelectual'.

Apesar de todas as terminologias ainda empregadas, neste trabalho utilizaremos "pessoa com deficiência mental", porém, algumas outras poderão surgir no decorrer do texto, respeitando a descrição original.

PETTENGILL (2001, p. 23) afirma que pessoas com deficiência física, mental, auditiva, visual e múltipla, salvo restrições raras, são capazes de participar de aulas de educação física, assim como de

atividades de lazer e do esporte (competitivo ou não). “Nesses casos os efeitos positivos para a saúde física e mental e o bem-estar social destes indivíduos, tais como a reversão do estigma, são inestimáveis.”

SANTOS (2001) afirma que os avanços científicos e tecnológicos têm contribuído sobremaneira para a desmistificação de alguns preconceitos, ajudando na adaptação da pessoa com deficiência à sociedade sendo que essa adaptação, como afirma DUARTE (2001, p. 35), se constitui de dois fatores básicos, como “a informação e a mudança de atitude em relação ao portador de deficiência” e depende da estrutura social em que estamos inseridos, como família, escola, dentre outras.

As atividades esportivas por sua vez estão sendo cada vez mais adequadas às necessidades de todos, não se limitando exclusivamente aos fatores técnicos e táticos, mas dando a oportunidade de as pessoas com deficiência mental terem opção, eficiência e satisfação, o que favorece a formação de cidadãos atuantes, sendo que nos baseamos nesse paradigma para nortear nosso trabalho.

3 - ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL

“Os esportes não constróem o caráter. Eles o revelam”

John Wooden.

No que se refere à prática esportiva pelas pessoas com deficiência, é necessário que delimitemos alguns tópicos.

Como citam ARAÚJO (1998) e PETTENGILL (2001), a Constituição Federal de 1988 estabelece que: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, (artigo 217)”, sendo que o termo desporto quer dizer: “a prática sistematizada de uma atividade física” (FANALI³, apud ARAÚJO, 1998, p.17).

Para PAES (2002, p. 90)

a riqueza do esporte está na sua diversidade de significados e re-significados, podendo, entre outras funções, atuar como facilitador na busca da melhor qualidade de vida do ser humano, em todos os segmentos da sociedade [...] a falta de definições claras quanto a alguns aspectos pedagógicos, sobretudo quanto aos objetivos, poderá culminar em equívocos, sendo o mais comum deles a cobrança inerente ao esporte profissional, ou seja, a busca por uma performance atlética em práticas esportivas com outros significados.

Completa ainda PAES (2002, p. 89) que é preciso ver o esporte “não mais como uma prática exclusiva para atletas de talento, mas como uma alternativa para todos os cidadãos”.

Nesse sentido e como toda pessoa tem direito ao lazer e à prática esportiva, limitar o acesso da pessoa com deficiência às atividades, seja por motivos como as barreiras arquitetônicas ou falta de iniciativas na área, limita suas oportunidades de desenvolvimento e inclusão social. PETTENGILL (2001, p.36)

O termo atividade física e/ou esportiva adaptada como afirma RODRIGUES⁴ apud ARAÚJO (1998, p.17), “...parece sugerir que a atividade é, estandardizada e que, para ser praticada por pessoas com deficiência necessita de (*sic*) ser adaptada...” e como complementa COSTA (2001, p. 73)

toda e qualquer atividade que, levando-se em consideração as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais impostas pelas respectivas deficiências, apresente adaptações e ou modificações nas regras, materiais ou no campo de jogo, proporcionando às pessoas portadoras de deficiência melhores condições para sua efetiva participação nas diversas modalidades esportivas, recreativas e facilitando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades residuais.

Para MACGRAW (2000), os programas de educação física são adaptáveis, sendo que a maioria deles é adaptado de alguma coisa em primeiro lugar e bons programas vão sempre ser adaptados, seja no que

³ FANALI, O .A . A . C. *Terminologia da educação física e desporto*. Brasília: MEC, 1981.

se refere à deficiência ou no que se refere à inclusão, sendo que essa educação física deve ser para todos, inclusive para as pessoas com deficiências.

Nesse sentido, ao nos referirmos à Educação Física Adaptada, nos apoiamos em DUARTE (2002) que afirma que na década de 50, a Educação Física Adaptada foi definida como “um programa diversificado de atividades, jogos, esportes e ritmos, adequados aos interesses, capacidades e limitações do estudante com deficiência, que não se engajar com segurança e sucesso num programa de Educação Física geral”.

Completa que em 1985 no Brasil, por sugestão da ONU, foi estabelecido que as faculdades implementariam algumas ações (ou conteúdo) relativas aos portadores de deficiência e que na década de 90, com as mudanças curriculares, algumas faculdades aderiram à sugestão do Conselho Federal de Educação.

Na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) foi criado um programa de esportes para deficientes físicos na Faculdade de Educação Física e em 1988 começou uma disciplina eletiva, sendo que hoje é o único programa de pós-graduação em Educação Física Adaptada da América Latina. (www.unicamp.br/cco/saude/smv_1/smv-1_12.htm)

A partir dessas iniciativas, a grande maioria das faculdades de educação física hoje têm no seu currículo, algum conteúdo em adaptação aos portadores de deficiência ou necessidades especiais.

Portanto, a formação do profissional da área pode dar conta de todo o processo de treinamento que envolve as pessoas com deficiências, pois

⁴ RODRIGUES, D. Documento. Departamento de Estudos da Atividade Física e Adaptação – FEF/UNICAMP, 1996, (mimeo).

além de conhecer os aspectos inerentes à prática de atividades físicas e esportes, ele também conhece os fatores relacionados aos diferentes tipos de deficiências, como suas causas e implicações.

Já o desporto adaptado é definido por WINNICK (1990) como “experiências esportivas modificadas ou especialmente designada para suprir as necessidades especiais de indivíduos”, ou seja, a partir de esportes que já são conhecidos, que têm suas regras e suas práticas estabelecidas, são feitas as adaptações necessárias para que as pessoas com limitações ou deficiências possam praticá-los, sem contudo, que eles percam as suas características básicas, podendo criar um contexto com objetivos claramente terapêuticos ou reeducativos.

Podemos citar como exemplo de modalidades modificadas, o tênis e o basquete em cadeira de rodas, futebol para surdos, dentre outras (GREGUOL, 2002)

Existem ainda, esportes que hoje são regulamentados mas que foram criados especificamente para portadores de deficiência, como por exemplo o goalball (esporte de bola para cegos) e a bocha para paralisados cerebrais.

O desporto adaptado teve seu início em 1918, dentro do contexto da realidade pós-guerra, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, como meio de reabilitação dos soldados feridos na guerra. Um médico alemão, Sir Ludwig Guttmann, então diretor do Hospital de Stoke Mandeville, na Inglaterra, é que introduziu as atividades esportivas como parte do tratamento médico para recuperação das lesões causadas pela guerra (WINNICK, 1990; FREITAS e CIDADE, 1997; ARAÚJO, 1998; PETTENGILL, 2001).

As atividades desportivas que deram início ao esporte adaptado foram o arco e flecha, o tênis de mesa e o arremesso de dardo, sendo que o basquete sobre rodas foi introduzido em 1947 e, a partir da difusão do esporte adaptado, o aumento do interesse pelo esporte foi tal que passou a incluir também os civis acometidos de poliomielite, amputações e outras causas (FREITAS e CIDADE, 1997; ARAÚJO, 1998).

ARAÚJO (1998) complementa dizendo que um grande passo na direção do movimento olímpico para pessoas com deficiência foi a realização dos IX Jogos de Stoke Mandeville em Roma, em 1960, logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos e que a partir daí surgiu o nome *Paralympics* (Paraolimpíada) para definir as olimpíadas para portadores de deficiência, que deveriam acontecer na mesma época e na mesma cidade que os Jogos Olímpicos.

ARAÚJO (1998, p.27) explica que o termo Paraolimpíada “pode ser entendido como evento paralelo às Olimpíadas ou, de acordo com a formação da palavra, como evento de Paraplegia (perda dos movimentos dos membros inferiores) e Olímpico, de Olimpíadas”, sendo que a definição mais utilizada atualmente reforça a idéia de paralelo às Olimpíadas.

Com a necessidade de assegurar as individualidades e as igualdades nas competições e com o aumento do número de participantes, houve o surgimento de organizações específicas para cada deficiência e do *International Paraolympic Committee* (IPC) ao qual essas organizações são filiadas e, dentre elas, a *International Association for Sports for Persons with Mental Retardation* (INAS-FHM) que representa atletas com deficiência mental.

ROSADAS⁵, apud ROSADAS (2001, p.131) acredita que

o desporto pode trazer de fato, como benefício para os portadores de deficiência, não a vitória representada pelo resultado final, ou pelo acúmulo de medalhas, mas sim a percepção de que o esporte possibilita um corpo mais independente; um corpo organicamente mais eficaz; que a prática do esporte [...] possibilita melhor qualidade de vida...

Baseados neste contexto de esporte e de deficiência mental, abordaremos a seguir dois programas específicos para essa clientela. Porém, não iremos nos alongar no primeiro por não ser objeto de nosso estudo.

3.1 - PARAOLIMPÍADAS E DEFICIÊNCIA MENTAL

As Paraolimpíadas são realizadas a cada quatro anos, na mesma época e na mesma cidade que os Jogos Olímpicos e em Setembro de 1992 na Espanha, aconteceu a primeira competição paraolímpica oficial para pessoas com deficiência mental, os “I Juegos Paraolímpicos para Discapacitados Psíquicos”, da qual participaram 2000 atletas de 70 países nas modalidades: basquete, atletismo, natação, tênis de mesa e futebol de salão (INSERSO⁶, apud FREITAS, 2000).

⁵ ROSADAS, S. C. **Sucesso de pessoas portadoras de deficiência através da prática desportiva: um estudo de caso.** (Tese de Doutorado). Campinas / UNICAMP – FEF, 2000.

⁶ INSERSO **Ínimo! Inténtalo outra vez, Los Minusvalidos y el Deporte.** Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales/Instituto Nacional de Servicios Sociales – INSERSO, 1991.

Já em 2000 em Sidney, Austrália, 29 países tiveram pessoas com deficiência mental competindo nas seguintes modalidades esportivas: basquete, atletismo, natação e tênis de mesa (www.paralympics.com).

A federação que tem por finalidade organizar o desporto para deficientes mentais (FREITAS e CIDADE, 1997), ou “representar os interesses das pessoas com deficiência intelectual no que diz respeito a esportes” (www.inas-fid.org) é a International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability (descrita anteriormente como INAS-FHM e hoje como INAS-FID) ou Federação Internacional de Desporto para Deficientes Mentais, que é filiada ao Comitê Paraolímpico Internacional (CPI).

Atualmente 86 organizações são membros dessa federação (uma por país), sendo 19 da África, 16 das Américas, 13 da Ásia/Pacífico Sul, 28 da Europa e 10 do Norte da África/Oriente Médio.

A INAS-FID acredita que as pessoas com deficiência intelectual têm o direito de participar no esporte de sua escolha e no nível de habilidade que desejam. Isto pode acontecer em competições como as organizadas pelas Olimpíadas Especiais (SPECIAL OLYMPICS, INC.) ou em competições abertas como as promovidas pela INAS-FID.

A competição aberta é a competição como as Olímpicas, ou seja, segue as regras do esporte “convencional”, no qual os atletas com melhor desempenho ou os que conseguiram um índice técnico preestabelecido é que representarão sua entidade (instituição, escola, estado, país) num próximo evento esportivo.

Embora as filosofias da SOI e da INAS-FID sejam diferentes como veremos a seguir, ambas desempenham um papel importante no esporte

para pessoas com deficiência mental. Elas não são concorrentes, mas complementares uma da outra (www.inas.fid.org).

No Brasil, as Associações Regionais de Desporto de Deficientes Mentais (ARDEMs) e a ABDEM (Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais), ligadas à Federação Nacional das APAEs (FENAPAE), representam os atletas com deficiência mental no CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro) e consequentemente na INAS-FID que é diretamente associada ao CPI (Comitê Paraolímpico Internacional).

Os eventos regionais e estaduais promovidos pela ABDEM e pelas ARDEMs são abertos a todas as pessoas com deficiência mental acima de 12 anos de idade, de qualquer escola especial ou instituição. No último evento nacional, realizado em Santa Catarina, foi permitido que os atletas possam pertencer a outra instituição que não a APAE, porém, “esse assunto encontra-se em discussão, não havendo ainda decisão final” conforme explica PERA (informação recebida através de documento eletrônico, no dia 13/3/2002, provedor ig, às 20:18).

Ainda, complementa que quanto a escolha dos técnicos, a ABDEM obedece critérios técnicos pré estabelecidos, ou seja, são escolhidos os técnicos cujos atletas estão convocados, obedecendo o critério do maior número de atletas convocados.

É necessário portanto, que além de os técnicos serem professores de Educação Física, possuam conhecimento específico das modalidades.

A importância dada para que o técnico seja profissional da Educação Física é contrária à do outro programa como veremos a seguir e, nesse aspecto, concordamos com ROSADAS (2001, p. 132) quando afirma que é necessário que os atletas conheçam as provas em que irão participar

e que elas façam parte de sua rotina de treinamento, pois não significa que apenas pelo fato de a pessoa ter uma deficiência mental ela pode participar de tudo, sem critérios. E nesse sentido, o profissional pode exercer um papel fundamental.

3.2 - OLIMPÍADAS ESPECIAIS

O programa Olimpíadas Especiais é um movimento global iniciado nos Estados Unidos por Eunice Kennedy Shriver, após a realização de um acampamento de verão, em 1963, para pessoas com retardo mental⁷ no Estado de Maryland, com ênfase nas atividades esportivas. Em julho de 1968, a fundação Kennedy planeja e realiza os “I Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais” que têm lugar no Soldiers Field em Chicago, com 1000 atletas com retardo mental de 26 estados americanos mais o Canadá, competindo em atletismo, hóquei sobre piso e natação.

Então, em dezembro de 1968, a Special Olympics Inc. se estabelece como uma organização de caridade sem fins lucrativos, com o apoio da Associação Nacional de Cidadãos Retardados, do Conselho para Crianças Excepcionais e da Associação Americana de Deficiência Mental, pois se trata do primeiro esforço sistemático para providenciar treinamento

⁷ O termo “retardo mental” ainda é utilizado pela SOI, porém outras terminologias são aceitas.

e competição esportiva para indivíduos com retardo mental, baseado no espírito e na tradição olímpica.

1. O Programa tem como missão proporcionar treinamento de no mínimo 08 semanas e competições esportivas durante todo o ano em 26 modalidades olímpicas que são divididas entre **esportes de verão** (Natação, Atletismo, Basquete, Boliche, Ciclismo, Esportes Equestres, Futebol, Golfe, Ginásticas (Artística e Rítmica Desportiva), Levantamento de Peso, Patinação de Velocidade, Softball, Tênis e Vôlei), **de inverno** (Esqui Alpino, Esqui de Fundo, Patinação Artística, Patinação no Gelo e Hóquei sobre Piso) e **esportes populares nacionais** (Badminton, Bocha, Snowshoeing, Snowboard, Tênis de Mesa e Handball) (ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL, 1997; SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 1997b ; SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 2001b).

Elegibilidade: Todas as pessoas a partir dos 08 anos de idade para esportes individuais e 15 anos de idade para esportes coletivos, identificadas por um profissional ou por formatos aceitáveis, como apresentando uma das seguintes condições: retardo mental (Q.I. 80 ou inferior), atrasos cognitivos ou atraso de aprendizagem significativo devido a déficit cognitivo que requeiram ou tenham requerido a instrução especificamente elaborada, impedimento intelectual e não unicamente incapacidade física, dificuldades emocionais ou de comportamento, alterações específicas de aprendizagem e falta de compreensão na língua do país, podem participar das Olimpíadas Especiais, sendo que não

importa seu nível de comprometimento intelectual e motor ou seu nível de habilidade (www.specialolympics.com).

A instrução especificamente elaborada se refere ao tempo em que a pessoa recebe educação de apoio ou instrução terapêutica dirigida ao atraso cognitivo, sendo que normalmente no caso de adultos, a instrução especialmente elaborada é dada no local de trabalho ou no lar.

A filosofia do Programa é amplamente divulgada e acredita que:

as pessoas com retardo mental podem, com a instrução e o estímulo adequado, aprender, desfrutar os benefícios da participação nos esportes individuais e de equipe, adaptando esses esportes quando necessário para que satisfaçam as necessidades de quem tem limitações especiais, no físico e no mental (SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 1997b)

As Olimpíadas Especiais utilizam competições entre pessoas (equipes) com igualdade de habilidades, para que se possa medir o progresso e proporcionar incentivos para o crescimento pessoal, além dos benefícios físicos, mentais, sociais e espirituais, já que existe a preocupação em proporcionar um ambiente de igualdade, de respeito e de aceitação.

Consideram também que o treinamento integral e a participação em competições são indispensáveis para o desenvolvimento das habilidades esportivas, que ajudam a melhorar a condição física, as habilidades motoras, promovem uma maior autoconfiança, auto-imagem mais positiva e, através das atividades, as pessoas exibem coragem e entusiasmo, amizade e descobrem novas possibilidades e talentos (www.specialolympics.com).

O Programa se expandiu rapidamente e hoje atende mais de 1.2 milhões de pessoas, sendo o maior programa mundial de treinamento e competição para pessoas com deficiência mental.

São 52 estados americanos e mais 161 países creditados para seguir a estrutura da Special Olympics, inclusive seguindo a missão, filosofia, usando a logomarca oficial, enfim, toda a estrutura desenvolvida. É dividido por regiões, a saber:

- Olimpíadas Especiais África - 29 países;
- Olimpíadas Especiais Ásia/ Pacífico – 13 países;
- Olimpíadas Especiais Oeste Asiático/Programas Chineses - 04 países;
- Olimpíadas Especiais Europa/Eurásia – 54 países;
- Olimpíadas Especiais América Latina – 18 países;
- Olimpíadas Especiais Oriente Médio/Norte da África – 20 países e,
- Olimpíadas Especiais América do Norte – 79 núcleos (incluindo os estados americanos).

Veremos a seguir um gráfico com a distribuição dos atletas por região, sendo que até então os programas chineses faziam parte da região Asiática.

Resultado Global
Censo Final 2000 = 787,076 ATLETAS

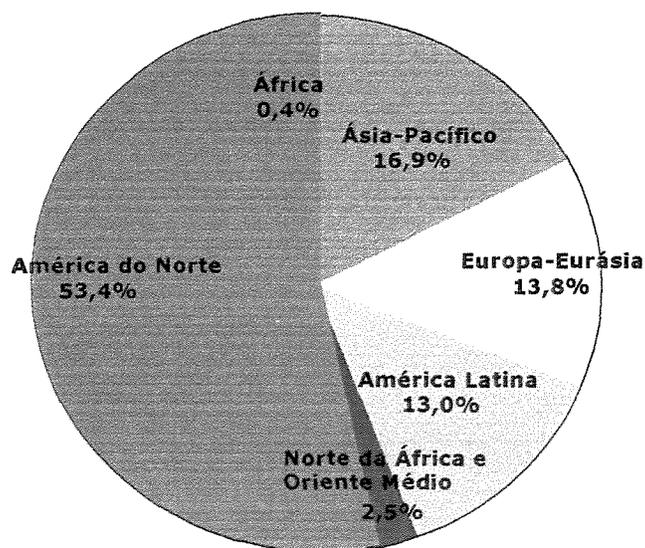


Gráfico 2. Distribuição de atletas por região. Special Olympics Inc, 2001.

Cada programa nacional tem um número variado de filiados (cidades, instituições, escolas) e tem também autonomia para realizar seus treinamentos e competições anuais, porém, seguindo algumas diretrizes estabelecidas e a filosofia da SPECIAL OLYMPICS, INC. (antigamente grafada como Special Olympics International)

As Olimpíadas Especiais procuram criar uma mudança positiva e significativa na vida das pessoas com deficiência mental, seus familiares, amigos, técnicos, voluntários, operando nos seus núcleos mundiais, de acordo com os seguintes princípios:

1. Que o espírito das Olimpíadas Especiais – habilidade, valor, participação e alegria – é um valor universal que transcende todos os limites de geografia, nacionalidade, filosofia política, idade, sexo, raça ou religião.
2. Que a meta das Olimpíadas Especiais é facilitar às pessoas com ‘retardo’ mental sua incorporação a uma sociedade mais ampla sob condições em que sejam aceitos, respeitados e que tenham oportunidade de converter-se em cidadãos atuantes.
3. Que, como meio de alcançar este objetivo, as Olimpíadas Especiais estimulem seus atletas mais destacados para que passem do treinamento e da competição das Olimpíadas Especiais aos programas desportivos da escola e da comunidade onde possam treinar e competir nas atividades desportivas regulares. Neste ponto os atletas têm a alternativa de abandonar as Olimpíadas Especiais ou continuar tomando parte nas atividades das mesmas, sendo que a decisão é do atleta.

COMENTÁRIO: Nesse caso há uma inversão do papel educacional do esporte, pois as Olimpíadas Especiais preparam o atleta para a atividade na escola, enquanto que a escola é que deveria estar preparando esse atleta para participar de eventos fora dela, se houvesse maior participação de pessoas com deficiência mental nas escolas inclusivas e se as atividades esportivas propostas nas escolas fossem mais acessíveis a todos.

4. Que todas as atividades das Olimpíadas Especiais, a nível local, estadual, nacional e internacional, refletirão os valores, critérios,

tradições, cerimoniais e eventos que integram o movimento olímpico moderno, ampliado e enriquecido para celebrar as qualidades morais e espirituais das pessoas com 'retardo' mental e para aumentar a sua dignidade e amor próprio.

5. Que a participação no treinamento e competição das Olimpíadas Especiais estará aberta a todas as pessoas com 'retardo' mental que tenham pelo menos 8 anos de idade, independentemente de seu grau de incapacidade.
6. Que todos os atletas das Olimpíadas Especiais poderão dispor, durante todo o ano, de um treinamento desportivo dirigido por treinadores voluntários bem qualificados de conformidade com o regulamento comum formulado e adotado pela SOI, e que todos os atletas que participem de um esporte das Olimpíadas Especiais deverão ter sido treinados nesse esporte.

COMENTÁRIO: Há um número significativo de voluntários não professores⁸ de educação física atuando como técnicos nos diversos núcleos do programa, como veremos no capítulo 4. Contudo, o que significa a exigência de treinadores 'bem qualificados'? Voluntários todos somos a partir do momento em que não se recebe ajuda financeira para realizar qualquer atividade nas Olimpíadas Especiais. E, no nosso entender, não basta o treinador participar dos seminários de treinamento ou tampouco somente ler o manual do treinador que dá uma noção geral dos fatores envolvidos num treinamento. A complexidade das tarefas exige

⁸ NR. Utilizaremos os termos professor de educação física ou profissional de educação física, mesmo havendo dualidade no termo de acordo com o CONFEEF.

um conhecimento maior e que deve ser repensada a questão do treinador/voluntário.

7. Que todo programa das Olimpíadas Especiais incluirá eventos e atividades desportivas que sejam apropriadas a idade e a capacidade de todos os atletas, desde as atividades motrizes básicas até a competição mais avançada.
8. Que as Olimpíadas Especiais darão plena participação a todos os atletas, independentemente de sua situação sócio-econômica e realizarão o treinamento e a competição nas condições mais favoráveis possíveis, incluindo as instalações, administração, treinamento, trabalho dos treinadores, atuação dos árbitros, e eventos.
9. Que as Olimpíadas Especiais darão a cada participante igual oportunidade de destacar-se ao registrar a competição a cada evento em registros exatos de sua atuação ou eliminatória de provas anteriores e, onde for procedente, agrupá-los por idade e sexo.
10. Que, em toda Cerimônia de Premiação, além das medalhas tradicionais para os que ocupam o primeiro, segundo e terceiro lugar, se entregue também em uma cerimônia apropriada, fitas aos atletas que terminaram desde o quarto até o último lugar.
11. Que, na medida do possível, as atividades das Olimpíadas Especiais serão realizadas e envolverão voluntários locais, desde estudantes das escolas e universidades até os cidadãos como os da terceira idade com o objetivo de proporcionar maiores oportunidades

para que o público compreenda as pessoas com 'retardo' mental e participe de suas atividades.

12. Que as Olimpíadas Especiais se constituem fundamentalmente de treinamento e competição esportiva. Não obstante, devem haver esforços para oferecer também, como parte integral dos Jogos das Olimpíadas Especiais, uma ampla variedade de experiências artísticas, sociais e culturais como são os bailes, as exposições de arte, concertos, visitas a lugares históricos, clínicas, representações teatrais, filmes e atividades afins.
13. Que a meta das Olimpíadas Especiais em cada nação será a de criar organizações e celebrar eventos na comunidade. Os países que, devido as circunstâncias econômicas, sociais ou culturais específicas, encontrem dificuldades em alcançar rapidamente esta meta, podem realizar os Jogos Nacionais regularmente para favorecer o desenvolvimento do apoio popular e oferecer uma maior clareza e visibilidade de seus cidadãos com retardo mental. Todos os países participantes são convidados a enviar uma delegação aos Jogos Internacionais de Verão e de Inverno que se realizam a cada 4 anos, sempre seguindo as normas das Olimpíadas Especiais na preparação dos atletas e dos treinadores para os Jogos.
14. Que se incentivará as famílias dos atletas das Olimpíadas Especiais para que desempenhem um papel ativo no programa de sua comunidade, tomem parte no treinamento de seus atletas, e colaborem no esforço de educação do público, que é preciso para alcançar uma maior compreensão das necessidades emocionais,

físicas, sociais e espirituais das pessoas com retardo mental e de suas famílias.

15. Que as Olimpíadas Especiais incentivarão os programas desportivos comunitários, estaduais e nacionais, tanto de profissionais como de amadores, de maneira que se incluam demonstrações feitas por atletas das Olimpíadas Especiais, ou competições de Olimpíadas Especiais em seus eventos mais importantes.
16. Que as atividades das Olimpíadas Especiais se realizem em público, com plena cobertura dos meios de comunicação, de modo que os atletas com retardo mental possam revelar ao mundo as qualidades especiais do espírito humano onde se sobressaem habilidade, valor, participação e alegria (ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL, 1997).

As Olimpíadas Especiais procuram inspirar e revelar o melhor na natureza humana e têm procurado se tornar uma das maneiras mais encorajadoras de desenvolvimento no esporte moderno, uma vez que prioriza o talento do atleta e não apenas o atleta de talento, pois há pessoas que são capazes de treinar e competir somente no nível mais baixo de habilidade física, no que é descrito como “Programa de Treinamento em Atividade Motora”.

Cada atleta tem chance de ganhar, uma vez que ele compete em divisões somente com atletas do mesmo, ou aproximadamente do mesmo nível de habilidade, de mesma faixa etária e mesmo sexo. Embora haja o incentivo para que cada um possa dar o melhor de si e se acredite que a competição traz o melhor, não há interesse na vitória a qualquer custo. A

idéia de que é uma prática esportiva que todos podem participar, não implica que se deva ou se possa colocar atletas em competições sem que eles tenham passado pelas 8 semanas de treinamento e tenham conhecimento e familiaridade com o esporte que estão praticando.

O item 5 da seção D do livro de regras complementa essa idéia quando enfatiza que todo atleta que compete num torneio ou Jogos, deve ter sido treinado naquela modalidade conduzido por um técnico qualificado e que o treinamento deve incluir condicionamento físico e orientação nutricional (SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 1997a).

Nas competições não se tocam hinos nacionais, não se hasteiam bandeiras e não se contam o número de medalhas ganhas por país. É o esforço e as conquistas individuais que contam e o juramento das Olimpíadas Especiais "Let me win. But if I cannot win, let me be brave in the attempt"⁹ procuram refletir isso.

As Olimpíadas Especiais proíbem esportes que em concordância com o Comitê Consultivo Médico tragam riscos ou não tenham os padrões de segurança da SOI ou, que de outra forma, ponha em risco seus atletas como o boxe, a esgrima, o tiro ao alvo e o karatê. (SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 2000, p. 14).

COMENTÁRIO: Essa determinação poderia ser repensada a partir do momento em que já existem trabalhos específicos sendo desenvolvidos com essa população e, com as adaptações necessárias, têm demonstrado sua eficiência, como no caso do karatê, em que as lutas utilizadas são o katá que utilizam adversários imaginários, sem contato físico direto com

⁹ Quero vencer. Mas se não puder vencer, quero ser valente na tentativa.

outro lutador. Vale também ressaltar que é uma prática amplamente difundida no Japão e outros países orientais.

Não é cobrada nenhuma taxa de participação para ninguém, nem atletas, nem torcedores, nem familiares. Todos os técnicos, árbitros, médicos, policiais, cronometristas, contadores etc., trabalham voluntariamente, sem nada receber, sendo uma das maiores organizações esportivas em número de voluntários – mais de 500 000.

Como foi descrito acima, os atletas das Olimpíadas Especiais participam das modalidades esportivas que querem, porém, sempre dentro de seu nível de habilidade motora e para tanto, existem 4 opções no programa de esportes:

1. Esporte Regular - Somente para pessoas com deficiência mental. Neste caso, as regras são as mesmas das utilizadas nas Federações Internacionais, porém com algumas adaptações, quando necessário. Podemos citar como exemplo o tênis que segue as normas da Federação Internacional de Tênis (ITF), mas o jogo é realizado em somente 1 SET (utilizando-se o NO AD).

2. Esporte Unificado – Quando uma porcentagem (50%) da equipe é composta por atletas regulares (com deficiência mental) e a outra parte da equipe é composta de atletas parceiros (sem deficiência mental). Também as regras são as mesmas das utilizadas nas Federações Internacionais. Podemos citar novamente o tênis como exemplo: em jogos de duplas unificadas, 1 é atleta regular e 1 é atleta parceiro (com idade e nível de habilidade aproximados).

Lembrando que é o único modelo de esporte inclusivo (oficializado) existente nos formatos esportivos convencionais ou adaptados.

3. Habilidades Individuais ou Provas Adaptadas – Para todos os atletas que não dominam as habilidades necessárias para disputar uma partida. As regras são adaptadas e o atleta não compete na prova regular.

4. “Programa de Treinamento em Atividade Motora” – Para aqueles atletas de maior comprometimento cognitivo e/ou motor.

Os atletas são divididos por grupos de no mínimo 3 e no máximo 8 competidores ou equipes, respeitando a idade, o sexo e o nível de habilidades, e deve ser estruturada para que cada um no grupo tenha chances de se sobressair durante a competição. Isto deve ser feito colocando os atletas em grupos de acordo com os resultados obtidos nos qualificatórios que são realizados antes de cada competição.

A divisão por idade nas modalidades individuais deverá seguir o seguinte critério: 8 a 11 anos; 12 a 15 anos; 16 a 21 anos; 22 a 29 anos e 30 anos ou acima, sendo que poderão ser feitos outros grupos se houver número suficiente de competidores acima de 30 anos. E nas modalidades coletivas será: até 15 anos, 16 a 21 anos e 22 anos e acima, sendo que poderão ser feitos outros grupos se houver número suficiente de competidores acima de 22 anos.

Pode haver equipe mista, porém a competição será de acordo com as regras estabelecidas (seção 4, itens 6a e 7a).

Existe ainda a regra dos 15%, ou seja, a variação entre o maior e o menor resultado não pode ser maior que 15% na divisão dos grupos. Essa colocação não é uma regra, mas deve ser usada como guia para estabelecer uma divisão eqüitativa e conseqüentemente uma maior igualdade de oportunidades (SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 1997a, p, 27, 29, 30-32).

Todos são premiados, sendo que os 3 primeiros colocados em cada prova recebem medalhas (ouro, prata e bronze) e os colocados entre o 4° e o 8° lugar recebem fitas com a colocação alcançada. Os atletas desclassificados recebem fita de participação.

É sugerido que para a denominação dos grupos, sejam utilizadas cores, frutas, países, Estados, dentre outras, ao invés de grupo 1, grupo A etc, afim de que não haja uma interpretação de que os atletas do grupo 1 são os melhores e os do grupo 6 são os piores.

Para selecionar os atletas que participarão da próxima etapa, é feito um sorteio entre todos os primeiros colocados de uma determinada prova, como por exemplo: no tênis, o 1° colocado de cada grupo (vermelho, azul, rosa) na prova de simples masculino, mais a 1° colocada de cada grupo (verde, violeta) na simples feminina, mais os 1° colocados em duplas masculinas e ainda os 1° colocados nos grupos (preto, laranja, branco, cinza) das habilidades individuais, entram para o sorteio para completar as vagas existentes.

Se, nos Jogos Estaduais forem sorteados 2 atletas das habilidades, 1 do grupo A e um do grupo E, todos eles competirão nos Jogos Nacionais com atletas de igual nível.

COMENTÁRIO: No último encontro dos Atletas Líderes, realizado na Holanda, houve a sugestão de vários atletas para que seja revista a regra do sorteio, pelo fato de muitos não compreenderem a sistemática e também de discordarem por acharem que quem ganhou a prova é que deve ser convocado para a próxima etapa e que para isso, o número de vagas também deveria ser ampliado.

Os atletas podem treinar e participar de várias modalidades, mas nos eventos oficiais eles devem competir na que escolheram (seja porque gosta mais ou porque tem maiores chances).

Existem algumas variáveis que podem influenciar na seleção de um esporte e pode haver necessidade de uma ajuda dos familiares ou do técnico e são elas:

- Que seja adequado à idade;
- Quanto ao nível de disposição: os atletas devem desejar jogar e entender as regras. Deve existir um nível de confiança para tentar o êxito e os atletas deverão estar fisicamente aptos;
- Quanto ao nível de habilidade- os treinadores sabem que existe um nível de habilidade mínimo necessário para participar nas competições de cada um dos esportes oferecidos, para que seja uma participação segura;
- Quanto à preferência do atleta – ao atleta devem ser oferecidas todas as oportunidades para selecionar o esporte na qual vai participar, porém, devem ser considerados todos os fatores;
- Quanto à influência dos companheiros ou familiares – um atleta poderá escolher um esporte pelo fato de que seu amigo participa dele ou seu pai pratica. O elemento de socialização é importante, porém deve haver chances de o atleta participar de vários, para poder escolher efetivamente;
- Quanto a outros fatores, como por exemplo a preparação dos técnicos: há suficientes treinadores voluntários que conhecem o esporte? O que acontece se o atleta escolher natação e nenhum dos treinadores sabe nadar? (ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL, 1997)

Um dos fatores que podem influenciar na motivação de um atleta é ter a opção de selecionar o esporte no qual deseja participar, sendo que o atleta especial não é diferente. Há casos em que outras pessoas (treinadores, familiares, companheiros, dentre outros) selecionam o esporte e que podem, dessa maneira, criar alguns obstáculos.

O Programa, apesar de ter como enfoque principal o esporte, criou e sugere algumas iniciativas que visam envolver familiares, voluntários, profissionais e principalmente as pessoas com deficiência, afim de que os atletas possam desenvolver outras potencialidades além das esportivas e que poderão servir para uma maior autonomia e inclusão na sociedade, muitas vezes assumindo o papel de outros segmentos da sociedade, como o governo, por exemplo.

Mas são iniciativas que têm despertado o interesse e têm tido continuidade, mesmo após a realização de grandes eventos esportivos como os Jogos Mundiais. São elas:

- ALPs (Programa de Liderança de Atletas) – Busca identificar e estimular os atletas que tenham se destacado em alguma área (além da esportiva) para se tornarem líderes do movimento, servindo como técnicos, árbitros oficiais certificados ou membros do staff no escritório local. Fazendo parte do ALPs existe o GLOBAL MESSENGER (mensageiro global) que conta com 12 atletas (representando todas as regiões do mundo) divulgadores do programa e o SOOPA (programa para os atletas atuarem com árbitros) que cria oportunidades para as pessoas com deficiência mental se tornarem árbitros. Esses árbitros, desde que qualificados e

certificados, estão sendo convidados a atuar nos Jogos Mundiais de Verão, a exemplo dos que serão realizados em 2003, na Irlanda.

- **PROGRAMA DE FAMÍLIAS** – Por meio desse programa a família se envolve com a participação do atleta e ainda tem uma participação mais efetiva, seja arrecadando fundos, seja promovendo seminários, encontros e até mesmo ajudando a treinar os atletas;
- **JUVENTUDE E ESCOLA** – Programa que visa aplicar o formato das Olimpíadas Especiais nas escolas inclusivas, procura esclarecer os aspectos relacionados com a deficiência em sala de aula e procura envolver todos os alunos nas aulas de educação física, nos eventos, como divulgadores ou voluntários e, ainda, como atletas parceiros.
- **HEALTHY ATHLETES (Programa Saúde do Atleta)** – lançado em 1996, proporciona serviços de saúde aos atletas nas especialidades odontologia, otorrinolaringologia e oftalmologia, denominados de “OPENING EYES; SPECIAL SMILES e SPECIAL HEARING”, além de avaliações e orientações sobre nutrição, dermatologia, terapia física, ortopedia e dermatologia. Esses serviços são oferecidos, a princípio, durante a realização dos Jogos Mundiais com o objetivo de melhorar o acesso a cuidados de saúde para os atletas; treinar e educar profissionais da saúde e alunos sobre as necessidades especiais; coletar e analisar dados como fins de pesquisa científica sobre as condições de saúde e as necessidades dos atletas com deficiência mental; encaminhar para tratamentos ou cuidados mais especializados quando do retorno dos atletas a seus países. Citando como exemplo o ‘Opening Eyes’, após uma avaliação em 15 testes de visão e saúde dos olhos, se constatada a necessidade, o atleta

recebe gratuitamente os óculos e ainda óculos esportivos. Esse programa está sendo expandido para os outros núcleos internacionais, sendo sugerido o convênio com Universidades. A seguir, atletas participando do programa. (SPECIAL OLYMPICS, [199-]).

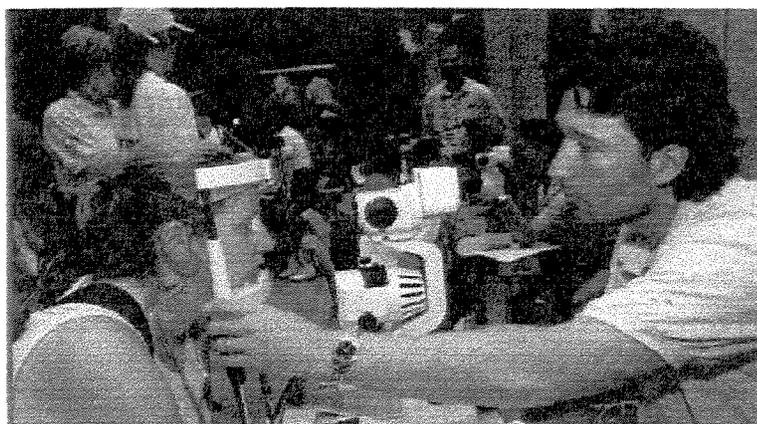


Fig. 1, 2 e 3. Imagens extraídas da capa do manual “How to start a Special Olympics Healthy Athletes Program” distribuído aos programas nacionais em 1997 e durante os Jogos Mundiais.

- LAW ENFORCEMENT TORCH RUN (corrida da tocha) – chefes de polícia ou bombeiros de todas as partes do mundo participam da corrida

carregando a tocha olímpica até a cerimônia de abertura e promovem eventos para divulgação e arrecadação de fundos durante o ano todo.

O programa cresceu e se desenvolveu (como podemos ver no cronograma) enormemente, envolvendo milhões de pessoas ao redor do mundo em prol da pessoa com deficiência mental e, o ápice das Olimpíadas Especiais é a realização, a cada 4 anos, dos Jogos Mundiais. Divididos entre Verão e Inverno, há um intervalo de 2 anos entre cada um.

Juntamente com a realização dos Jogos Mundiais, é oferecida aos países creditados a possibilidade de participar do HOST TOWN (cidade anfitriã) ou HOST TEAM (time anfitrião, que geralmente é uma escola). Os países que se inscrevem, chegam ao local dos Jogos com sua delegação, geralmente com uma semana ou 4 dias de antecedência e serão recepcionados por grupos de voluntários que proporcionarão nesses dias alojamento, treinamento, visitas a museus, shows, visitas a locais típicos de sua localidade, enfim, uma ampla possibilidade de interação cultural e social, quando inclusive, mesmo após o término do encontro, vemos os anfitriões nas arquibancadas torcendo e apoiando seus convidados.



Fig. 4 . Atletas brasileiros com voluntários da cidade anfitriã nos Jogo Mundiais de Verão – Carolina do Norte - 1999.



Fig. 5 . Voluntários da cidade anfitriã na abertura dos Jogos Mundiais de Verão – Carolina do Norte - 1999.



Fig. 6 . Atletas brasileiros com alunos da escola Alpenglow (Host Team) nos Jogos Mundiais de Inverno – Alasca - 2001.



Fig. 7 . Atletas brasileiros na Alpenglow durante o programa Host nos Joaos Mundiais de Inverno – 2001

Em 2003 os Jogos Mundiais de Verão serão realizados em Dublin, na Irlanda e será a primeira vez que eles serão realizados fora dos Estados Unidos.

Cronograma de eventos desde a fundação do Programa

- Junho de 1963 - Acampamento de verão de um dia para crianças e adultos com retardo mental.;
- 20 de Julho de 1968 - I Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais em Chicago, com 1,000 atletas de 26 estados mais o Canadá;
- 13 a 15 de Agosto de 1970 - II Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais aconteceram em Chicago, Illinois, com 2000 atletas de 50 estados, mais o Distrito de Columbia, França e Porto Rico;
- 13 a 18 de Agosto de 1972 - III Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais aconteceram na Universidade da Califórnia, com 2500 atletas;
- 7 a 11 de Agosto de 1975 - IV Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais aconteceram na Universidade Central de Michigan, com 3200 atletas de 10 países;
- 5 a 11 de Fevereiro de 1977 - "I Jogos Internacionais de Inverno das Olimpíadas Especiais" acontecem em Steamboat Springs, Colorado, com mais de 500 atletas competindo em esqui e patinação. As redes de televisão CBS, ABC e NBC cobrem o evento;
- 8 a 13 de Agosto de 1979 - "V Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais" aconteceram na Universidade Estadual de Nova Iorque, em Brockport, com 3500 atletas de todos os estados americanos e mais de 20 países;
- 1980 - 1981 – É lançado o programa de certificação de treinamento para técnicos e publicado o primeiro "Guia de habilidades nos esportes";

- 8 a 13 de Março de 1981 - “II Jogos Internacionais de Inverno das Olimpíadas Especiais” acontecem em Vermont, com mais de 600 atletas competindo em esqui, esqui de fundo e patinação no gelo;
- 12 a 18 de Julho de 1983 - “VI Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais” aconteceram na Universidade Estadual de Lousiana, em Baton Rouge, com aproximadamente 4000 atletas e mais de 60000 pessoas assistem a Cerimônia de Abertura;
- 24 a 29 de Março de 1985 - Atletas de 14 países participam de esqui e patinação nos “III Jogos Internacionais de Inverno das Olimpíadas Especiais” em Park City, Utah;
- Setembro de 1986 - Ano Internacional das Olimpíadas Especiais, culminando nos Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais de 1987, é lançado nas Nações Unidas em Nova Iorque com o lema “Olimpíadas Especiais – unindo o mundo”;
- Julho de 1987 - Mais de 30000 oficiais da lei de cada estado americano e mais sete países, correm 26000 milhas na Corrida da Tocha para as Olimpíadas Especiais;
- 31 de Julho a 8 de Agosto de 1987 - “VII Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais” aconteceram em Indiana (Universidade de Notre Dame e Faculdade Saint Mary). Mais de 4700 atletas de mais de 70 países participam no maior evento esportivo amador do ano. Os Jogos são cobertos pelas revistas Sports Illustrated e Time e atingem mais de 150 milhões de pessoas em todo o mundo;
- Fevereiro de 1988 - Comitê Olímpico Internacional assina um acordo histórico reconhecendo oficialmente as Olimpíadas Especiais. É a única organização esportiva autorizada a usar a palavra “Olimpíadas” no título;

- Julho de 1988 - O Esporte Unificado é lançado na Conferência Anual das Olimpíadas Especiais, em Reno, Nevada;
- 1 a 8 de Abril de 1989 - “IV Jogos Internacionais de Inverno das Olimpíadas Especiais” em Reno, Nevada e Lake Tahoe, Califórnia, com mais de 1000 atletas de 18 países;
- 14 de fevereiro de 1990 - Sargent Shriver anuncia a histórica decisão de a União Soviética se juntar ao movimento. As Olimpíadas Especiais são a primeira organização de caridade a ser implementada em âmbito local e nacional na União Soviética;
- 20 a 27 de julho de 1991 - Os 3º Jogos Europeus de Verão das Olimpíadas Especiais aconteceram na Escócia, com 30 países e 2400 atletas participando em 8 esportes oficiais e 5 esportes demonstração;
- 19 a 27 de Julho de 1991 - “VIII Jogos Mundiais de Verão das Olimpíadas Especiais” * aconteceram em Minneapolis e St. Paul. 6000 atletas de mais de 100 países o tornam o maior evento esportivo mundial do ano. (*O nome mudou para Jogos Mundiais);
- 20 a 27 de Março de 1993 - “V Jogos Mundiais de Inverno das Olimpíadas Especiais” em Salzburg e Schladming, Áustria, com 1600 atletas de mais de 50 países participando em 5 esportes de inverno. Primeiros Jogos realizados fora dos Estados Unidos;
- 1 a 9 de Julho de 1995 - Mais de 7000 atletas de 143 países de juntam em New Haven, Connecticut, para competir em 21 esportes nos “IX Jogos Mundiais de Verão das Olimpíadas Especiais”;
- 1 a 8 de Fevereiro de 1997 - Aproximadamente 2000 atletas de 73 países competem em 5 esportes de inverno em Toronto, Canadá nos “VI Jogos Mundiais de Inverno das Olimpíadas Especiais”;

- 17 de Dezembro de 1998 - O presidente Clinton e a primeira dama Hillary realizam um concerto de Natal na Casa Branca para celebrar o 30º Aniversário das Olimpíadas Especiais. É a primeira vez que um presidente americano recebe as Olimpíadas Especiais;
- 26 de Junho a 4 de Julho de 1999 - “X Jogos Mundiais de Verão das Olimpíadas Especiais” acontecem em Raleigh, Durham e Chapel Hill, na Carolina do Norte. Mais de 7000 atletas representando 150 países, competem em 19 esportes;
- 20 a 23 de Maio de 2000 - O primeiro Congresso de Atletas Globais foi realizado na Holanda. 60 atletas de cada região se juntaram para discutir o movimento Olimpíadas Especiais;
- 14 de Dezembro de 2000 - O presidente Clinton e a primeira dama Hillary realizam pela segunda vez o concerto de Natal (A Very Special Christmas from Washington D.C.) na Casa Branca para celebrar o espírito das Olimpíadas Especiais;
- 4 a 12 de Março de 2001 - 1800 atletas de 80 núcleos competem em 7 esportes de inverno em Anchorage, Alaska, “VII Jogos Mundiais de Inverno das Olimpíadas Especiais”. Os Jogos contam também com a participação de 750 técnicos, 1200 famílias e 7000 voluntários. (SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL, 2001b).

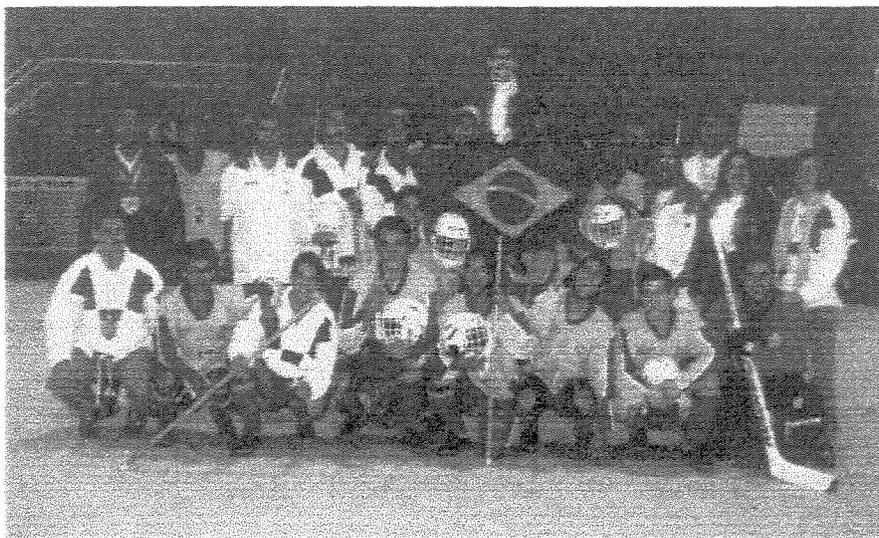


Fig. 8 – Equipe de hóquei sobre piso unificada – Jogos Mundiais de Inverno – Anchorage, Alasca – 2001.

Nas Olimpíadas Especiais, os treinadores desenvolvem um papel único e indispensável. Eles dão aos atletas as habilidades nos esportes, bem como desenvolvem o espírito competitivo. Eles são mais que professores, pois são modelos na construção do caráter e providenciam as bases para o desenvolvimento do conhecimento da atividade que servirá para toda a vida do atleta.

Os treinadores proporcionam aos atletas com deficiência mental uma autovalorização, o reconhecimento de seus méritos, sua habilidade, sua coragem e sua capacidade de crescer e melhorar e, ser treinador transcende o conhecimento específico de eventos ou jogos, apesar de ser necessária uma sólida base nos fundamentos esportivos.

Qualquer pessoa pode ser um treinador das Olimpíadas Especiais, desde que ele/ela sigam o papel descrito a seguir:

“É de responsabilidade do treinador das Olimpíadas Especiais proporcionar aos atletas especiais um treinamento desportivo seguro e

intenso, assim como prepará-los para a competição a nível local, municipal, estadual, nacional e internacional”, sendo de sua responsabilidade:

1. Selecionar, avaliar e treinar os atletas - **SELEÇÃO DO ATLETA:** O treinador recrutará os atletas e preencherá adequadamente e enviará todos os materiais médicos de inscrição requeridos dentro das datas limites estabelecidas; **AVALIAÇÃO:** O treinador avaliará cada atleta para determinar o nível de destreza individual e de equipe para o treinamento e competição dos esportes selecionados; **TREINAMENTO:** O treinador elaborará programas de treinamento individuais para cada atleta. O programa deve incluir o ensinamento de habilidades fundamentais, condicionamento e instruções sobre a competição e as regras. O programa de treinamento deverá ter no mínimo 08 semanas de duração.
2. Conhecer, entender e seguir as Regras Desportivas Oficiais das Olimpíadas Especiais;
3. Conhecer e entender o esporte que está sendo treinado;
4. Cumprir as obrigações legais de um treinador
 - prover um ambiente seguro;
 - planejar adequadamente a atividade;
 - avaliar os atletas por lesões e incapacidade;
 - equiparar os atletas;
 - proporcionar equipamentos adequados;
 - advertir sobre riscos inerentes do esporte;
 - supervisionar atentamente a atividade;
 - conhecer os procedimentos de emergência e primeiros socorros;

- manter um registro adequado das atividades.

Ainda, o dever do treinador é proporcionar aos atletas competições eqüitativas (ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL, 1997).

Foram elaborados guias de todas as modalidades aplicadas nas Olimpíadas Especiais que servem de base para um programa de treinamento que pode ser administrado por professor de educação física regular, especialista em educação física adaptada, professor de educação especial, líder de recreação ou especialista em recreação terapêutica, ou ainda um familiar ou um voluntário, como vimos anteriormente e que discutiremos mais no capítulo 4. Estes guias utilizam objetivos a curto e longo prazo, análise de tarefas, sugestões de ensino individualizado e integração das instruções em outras áreas do currículo do atleta.

O papel do treinador é de suma importância na vida de um atleta, tanto que em reunião do APLs realizada na Holanda, foi elaborado um código de conduta (documento eletrônico) para os treinadores que define:

- Os técnicos devem saber a missão das Olimpíadas Especiais e aplicá-la.
- Deve ser credenciado.
- Deve saber do código de conduta e sempre revisá-lo.
- Deve conhecer o esporte pelo qual é responsável.
- Deve ser pontual.
- Deve ser um educador.

COMENTÁRIO: Acreditamos que esse item engloba todos os demais, porém deixamos mais alguns itens por se tratar de sugestões dos próprios atletas.

- Devem evitar fraudes e ensinar as regras aos atletas.
- Não ser competitivo de forma exagerada e ruim.
- Não jogar apenas com os atletas favoritos.
- Ter cuidado ao treinar seus filhos.

Além de todos esses fatores, há a necessidade do treinador verificar as condições de segurança no que diz respeito aos seguintes fatores:

MEIO AMBIENTE - Campos e superfícies de jogo (buracos, desníveis, pisos escorregadios); Condições Climáticas (calor, frio excessivo);

EQUIPAMENTOS: apropriados para cada esporte em que estejam participando e em número suficiente e condições adequadas para o uso.

É recomendável ainda que o treinador conheça bem o nível de preparação do atleta, o plano esportivo da temporada, o plano do treino; as características de cada atleta e que tenha um número significativo de treinadores por atleta (para 4 atletas, um treinador).

COMENTÁRIO: mais uma vez surge a questão do treinador/voluntário não professor de educação física e que discutiremos no próximo capítulo.

3.2.1 OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL



***Olimpíadas Especiais
Brasil***

O núcleo do Programa no país foi fundado em 08/12/1990, em Brasília-DF, pelo Sr. Senatore e um grupo de voluntários interessados, como uma Entidade Nacional Dirigente de Esporte, sem fins lucrativos de acordo com a Lei 6.251 (Diretrizes e Bases do Esporte Nacional).

O seu estatuto, artigo 1º a define como

uma sociedade sem fins lucrativos, de caráter esportivo, cultural e educacional que tem como finalidade principal oferecer oportunidades de inclusão social através de treinamentos e competições esportivas às PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA MENTAL de acordo com as regras oficiais e a filosofia do programa OLIMPÍADAS ESPECIAIS, dirigido pela SPECIAL OLYMPICS, INC.

Completa ainda que "...como credenciada da SPECIAL OLYMPICS, INC. para o Brasil, está autorizada a aplicar suas regras oficiais, usar sua logomarca registrada e desenvolver todas as atividades previstas no Regulamento Geral do Programa Internacional" (ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL – ESTATUTO SOCIAL, 1997, p.1 e ARAÚJO, 1998, p.80).

O Parágrafo Único diz que para atingir seus objetivos a Associação promoverá:

- a) treinamento, torneios e jogos de olimpíadas especiais, visando à difusão do Desporto para Deficientes Mentais no Brasil;
- b) cursos, debates, congressos, seminários, pesquisas etc., visando ao aprimoramento dos atletas, associados, profissionais e demais interessados no desporto para deficientes mentais;
- c) intercâmbio entre as instituições congêneres em âmbito nacional e internacional, visando a troca de experiência e cooperação técnica;
- d) o desenvolvimento de técnicas e práticas desportivas através de convênios com órgãos públicos, privados e instituições congêneres;
- e) a organização de cadastro de instituições nacionais e internacionais das diversas modalidades do programa;
- f) a organização de cadastro de atletas especiais praticantes das diversas modalidades do programa;
- g) a elaboração de boletim informativo sobre os trabalhos realizados;
- h) a expansão do programa incentivando a criação de associações em nível estadual e municipal.

Em 1997 o estatuto foi atualizado para se adequar à Lei 8.672 (Lei Zico) e em 2002 foi novamente atualizado, agora para se adequar à Lei 9.615 de 24/3/98 (Lei Pelé).

Atualmente a sede é na cidade de Valinhos –SP, e a Associação hoje está presente nos seguintes estados:



A Associação Olimpíadas Especiais Brasil gerencia o programa implantando Coordenadorias Estaduais, que por sua vez, desenvolvem núcleos de treinamento em seus estados, sendo que o núcleo é o local onde se realiza o programa, tais como: centros comunitários, clubes de serviços, clubes sociais e esportivos, grêmios estudantis e esportivos, empresas, escolas especiais, escolas regulares, instituições, prefeituras, universidades, dentre outros (www.olimpiadasespeciais.com.br).

Cada núcleo tem independência para realizar seu próprio cronograma de atividades, porém este deve estar em concordância com o calendário nacional. Tem também autonomia para gerir recursos financeiros divulgar e ampliar o número de atendidos, porém deve ser operado como sendo uma subdivisão ou filial do Programa Nacional.

Em seus 11 anos no Brasil já foram cadastrados 16.000 atletas, 5000 técnicos voluntários treinados e já houve a participação em 6 Jogos Mundiais como podemos ver a seguir (www.olimpiadasespeciais.com.br).

Evento	# Atletas	# Técnicos Dirigentes	# Esportes	Obs.
Jogos Mundiais de Verão – 1991 – Minneapolis, MN/EUA	33	14	5	ATL, FUT, GAR, HAN, NAT.
Jogos Mundiais de Inverno – 1993 –Salzburg/Áustria	12	5	1	Hóquei sobre piso
Jogos Mundiais de Verão – 1995 –New Haven, CT/EUA	54	17	6	ATL, BAS, FUT(Reg/Uni), GAR, HAN, NAT.
Jogos Mundiais de Inverno – 1997 –Toronto – Canadá	34	11	2	HOQ(Reg/Uni) PAT(Velocidade)
Jogos Mundiais de Verão – 1999 – Raleigh, CN/EUA	67	20	10	ATL, BAS, BOC, FUT, GAR, GRD, HAN, NAT, PAT, TEN.
Jogos Mundiais de Inverno – 2001- Anchorage, Alasca – EUA	36	11	2	HOQ(Reg/Uni) PAT(Velocidade)
TOTAL	236	78	26	



Fig. 9 e 10 – Atleta brasileiro de tênis de campo com sua mãe, sua técnica e sua tia, e na cerimônia de premiação. Jogos Mundiais de Verão – Carolina do Norte – 1999.

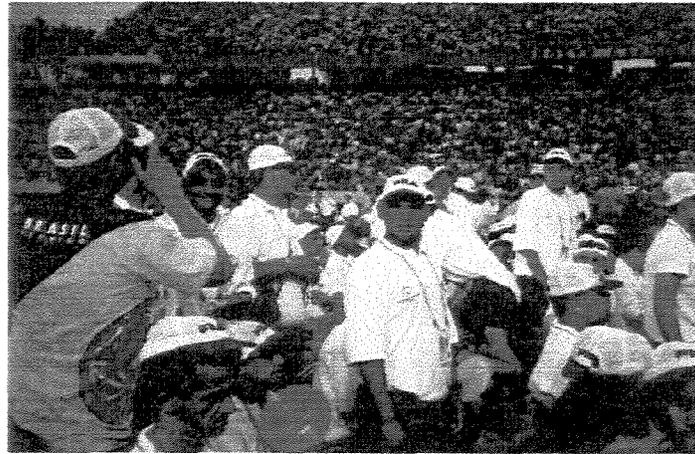


Fig 11 – Equipe brasileira na cerimônia de abertura dos Jogos Mundiais de Verão – Carolina do Norte - 1999

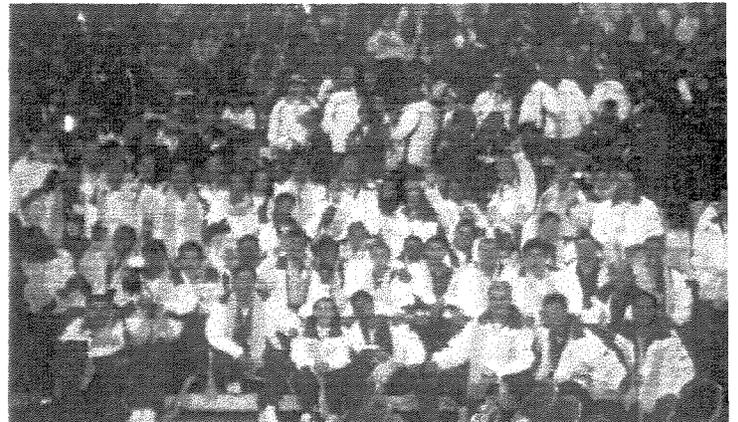
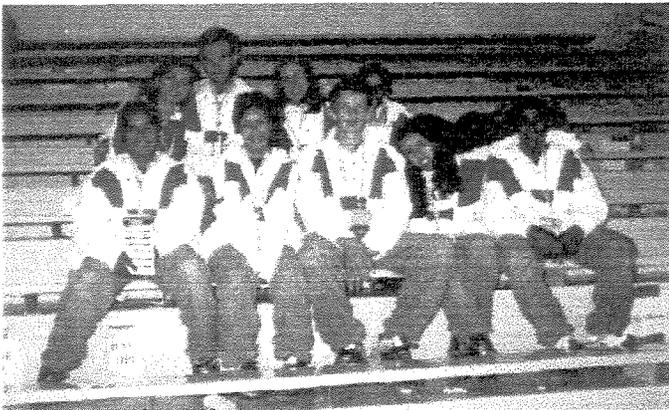


Fig 12 e 13 – Equipe de patinação e delegação brasileira na cerimônia de abertura dos Jogos Mundiais de Inverno – Anchorage, Alasca -2001

O número de atletas de cada país credenciado que participarão dos Jogos Mundiais é definido pela SOI, que estipula “cotas” baseado no desenvolvimento de cada programa.

A idéia da Associação é aumentar o número de atletas envolvidos para 60.000 até o ano de 2004, sendo que já vem sendo feito um trabalho de divulgação e ampliação.

Podemos citar como exemplo as Olimpíadas Especiais Brasil - São Paulo, que nos Jogos Estaduais de Verão realizados em novembro de 2001, contou com a participação de 1200 atletas.

Muitas vezes junto à logomarca oficial, os núcleos utilizam alguma frase que procura ‘definir’ o programa geralmente para maior compreensão do público ou da mídia. Como exemplo, podemos citar duas utilizadas anteriormente como “Treinando para a vida” e “Esporte para o deficiente mental”.

COMENTÁRIO: a primeira é mais abrangente pelo fato de o Programa não se restringir à prática do esporte e enfatizar a autonomia como vimos anteriormente. Já a segunda, mais recente, por sugestão de vários profissionais e também dos próprios atletas, foi logo deixada de lado pelo fato de reforçar o ‘estereótipo’, e até mesmo o preconceito.

A AOEB, dentro de seu cronograma de atuação, realiza constantemente Seminários de Treinamento quando é enfatizada a necessidade de que todos trabalhem de acordo com as regras oficiais das Olimpíadas Especiais assim como as regras oficiais de cada esporte, incluindo a regra dos 10% e as diretrizes das etapas de classificação.

O treinador deve assegurar que cada atleta que se inscrever para competir está adequadamente treinado e que todos os rendimentos

individuais representam, de forma precisa, o resultado do melhor esforço do atleta. Cabe ao treinador:

1. Planejar o treinamento por temporadas: incluindo desenvolvimento das habilidades, preparação e condicionamento físico, preparação tática e psicológica;
2. Dar oportunidades de competição: os atletas devem receber oportunidades para competir antes de participar nos níveis de competição Municipal, Regional, Estadual e Nacional;
3. Fazer registros precisos: os treinadores, árbitros, voluntários e outros envolvidos devem ser adequadamente preparados para assegurar que as marcas (tempo, distância, pontos, etc) sejam registradas utilizando as regras oficiais e o equipamento apropriado.

Ele deve ainda: obter uma autorização médica para todos os participantes; preparar a atividade individualmente; não permitir que alguém participe de uma atividade para a qual não está física e emocionalmente preparado e nem adequadamente vestido; informar aos participantes e aos pais sobre qualquer perigo oriundo da atividade; tomar todos os cuidados que sejam necessários a fim de evitar situações desiguais em atividades onde o contato físico é mais fácil (futebol, handebol, basquete).

Baseada em todos os aspectos que envolvem o treinamento dos atletas com deficiência mental, a AOEBR tem uma preocupação (que se tornou exigência após a regulamentação da profissão e da criação do CONFEF) em que os técnicos ou treinadores sejam professores de educação física, preocupação essa que difere da proposta da SOI quando diz que qualquer pessoa pode se tornar um técnico de Olimpíadas

Especiais, desde que siga a filosofia, compreenda a missão, conheça a modalidade que estará aplicando e seja credenciado após participar de um Seminário de Treinamento que é oferecido regularmente pelos núcleos.

Conforme explica a POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE (2001, p. 40)

[...] embora existam no exterior, principalmente na Europa, processos de formação para treinadores, utilizando-se ex-atletas, no Brasil, não é possível uma abertura deste tipo, pois (a) a Lei nº 9696/1998 regulamentou o exercício profissional da Educação Física no Brasil, determinando como prerrogativa do profissional graduado em curso superior de Educação Física, com registro no sistema CONFEF/CREF a prestação de serviços à população em todas as atividades à Educação Física nas suas diversas manifestações; (b) a Educação Física, pelo art. 2 do Manifesto Mundial de Educação Física FIEP 2000, é um processo de Educação, que utiliza atividades físicas na forma de exercícios ginásticos, jogos, esportes, danças, atividades de aventura, relaxamento e outras opções de lazer ativo, com propósitos educativos.

Essa exigência não implica que voluntários de outras profissões não possam se envolver com o Programa. Há uma gama enorme de atividades em que eles podem ajudar, porém, no que diz respeito à elaboração e aplicação do treinamento aos atletas e a atuação como técnico durante as competições somente poderá ser feita por um profissional de educação física.

Voltaremos a abordar mais adiante a questão do profissional de educação física e seu envolvimento com as Olimpíadas Especiais.

4 - MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é baseado em uma pesquisa exploratória com delineamento na forma de pesquisa documental e de estudo de caso sobre os temas abordados. Segundo GIL (1989, p. 51), a pesquisa documental utiliza além das fontes de diversos autores, também “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados”.

Já o estudo de caso é um método de pesquisa definido como “...um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade de processo social de uma unidade, em suas várias relações internas...” (YOUNG¹⁰ apud GIL, 1989, p. 59), sendo que a unidade pode ser uma pessoa, uma instituição social ou uma nação.

É uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório que usará do recurso gráfico para ilustrar os dados coletados dando maior ênfase e representatividade às relevantes questões analisadas.

É usual, academicamente, a utilização de gráfico, tabelas e demais representatividades da pesquisa quantitativa, quando se busca apresentar dados numéricos coletados para ilustração de discussões de valores (FORGHIERI, 1989).

Foi realizado um questionário com 5 perguntas abertas, enviado por correio eletrônico para todos os núcleos das Olimpíadas Especiais no

¹⁰ YOUNG, P. Métodos científicos de investigación social. México, Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad del México, 1960.

mundo que dispunham desse recurso e os endereços usados foram os que constam no site da SPECIAL OLYMPICS, INC., em “locations”.

Os questionários (ANEXO 1) foram enviados em inglês (exceto para a América Latina que teve cópia em espanhol) pelo fato de que todos os coordenadores nacionais devem dominar essa língua, em 3 datas diferentes a fim de conseguir o maior número possível de respostas. Até 13/2/2002 foram recebidas 75 respostas, sendo que houve nessas três tentativas, 39 mensagens devolvidas por erro.

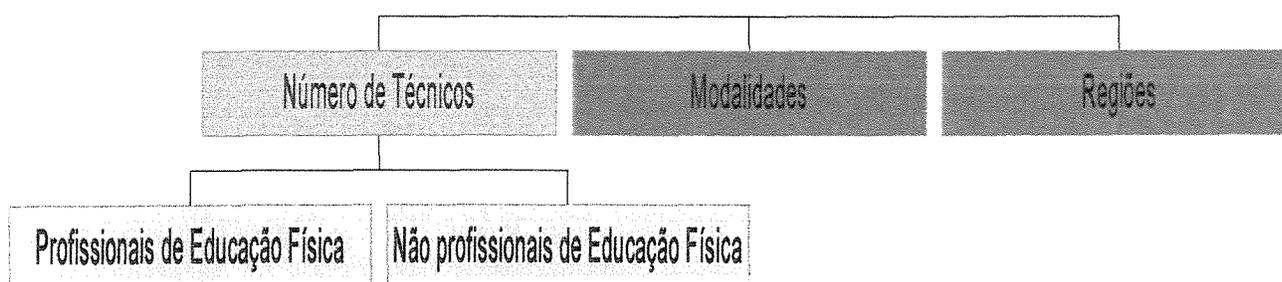
Muitas das respostas não poderão ser computadas pelo fato de serem dados qualitativos e não numéricos.

Foi também realizada uma entrevista aberta com o presidente e com o fundador e diretor de esportes das Olimpíadas Especiais Brasil, no dia 11 de outubro de 2001, na sede da Associação, em Valinhos – SP.

Além disso, a pesquisa pôde ser complementada com a observação participante e registros por meio de filmagens, fotos e gravador, durante a realização de Jogos Estaduais e Jogos Nacionais de Verão e de Inverno pelo fato de fazermos parte do Programa como voluntária e como coordenadora nacional de tênis, bem como durante a realização dos Jogos Mundiais de Verão, em 1999, como técnica de tênis e nos Jogos Mundiais de Inverno, em 2001, como chefe de delegação assistente (delegate).

5- RESULTADOS

A fim de facilitar a visualização, os dados serão apresentados em gráficos da seguinte forma.



Utilizaremos a mesma divisão das regiões apresentada pela SOI:

- Região 1 - OE África;
- Regiões 2 e 3 - OE Ásia/ Pacífico; Programas Chineses;
- Região 4 - OE Europa/Eurásia;
- Região 5 - OE América Latina;
- Região 6 - OE Oriente Médio/Norte da África;
- Região 7 - OE América do Norte (incluindo os estados americanos).

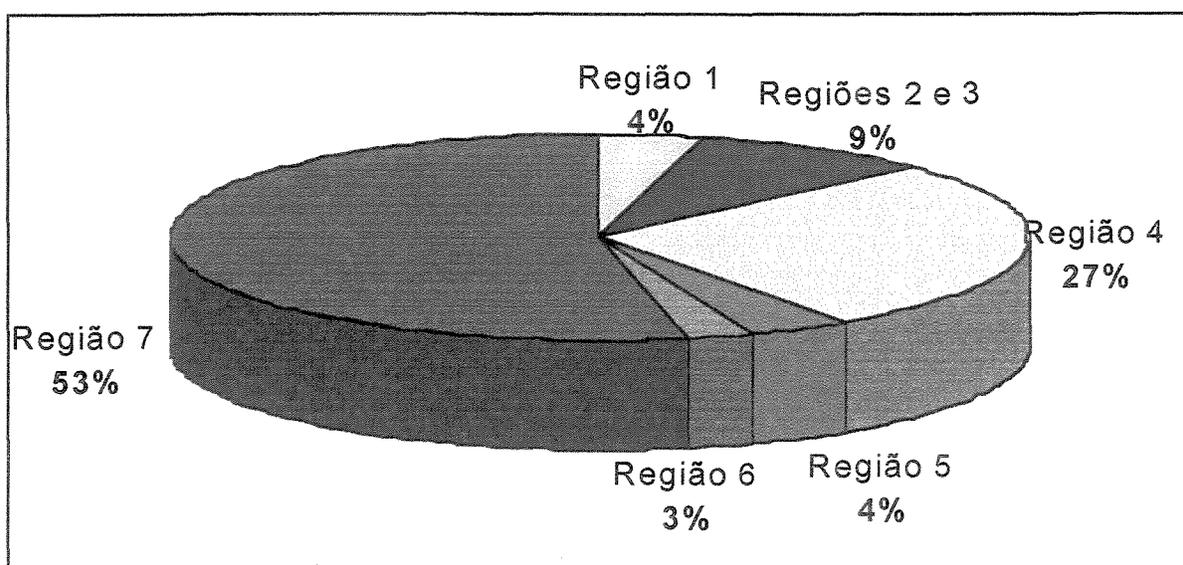
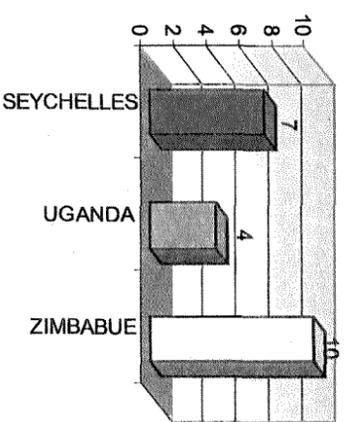


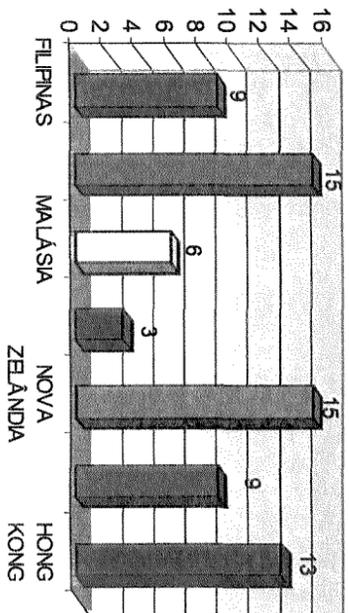
Gráfico 3. Respostas recebidas por região.

Pergunta 1) Quantos esportes estão incluídos no seu programa (inverno e verão):

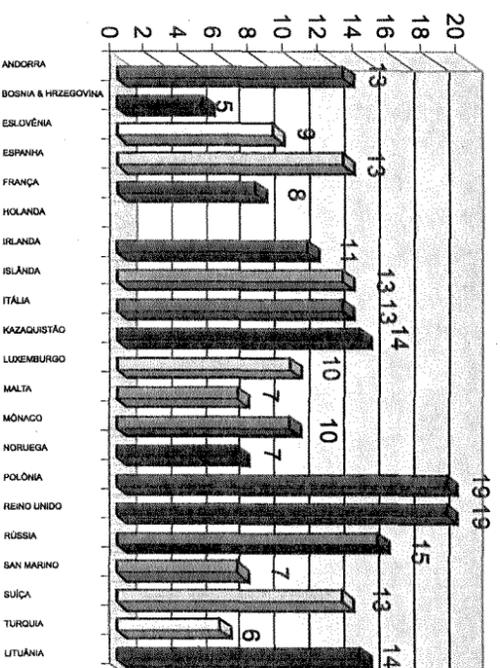
MODALIDADES - REGIÃO 1



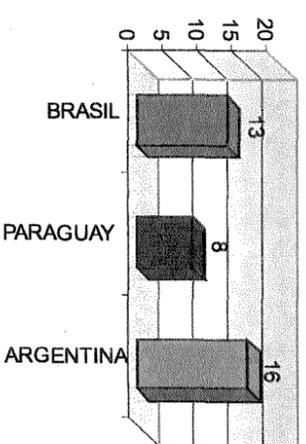
MODALIDADES - REGIÕES 2 e 3



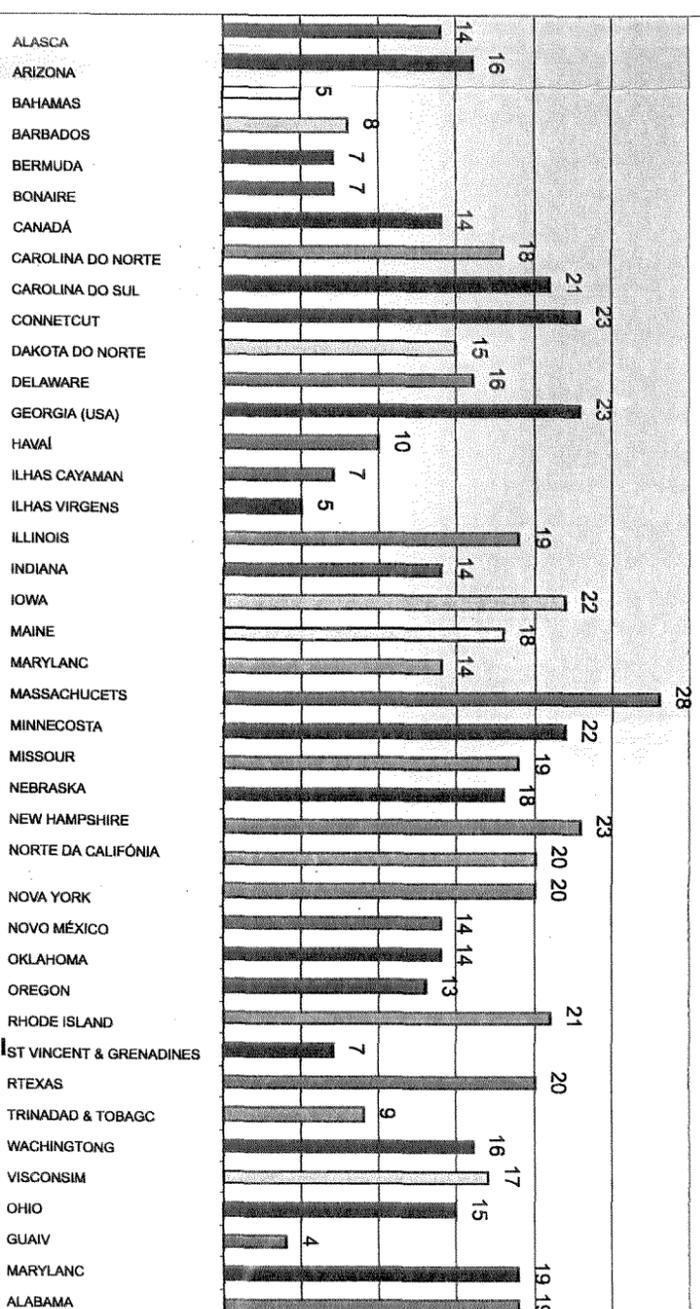
MODALIDADES - REGIÃO 4



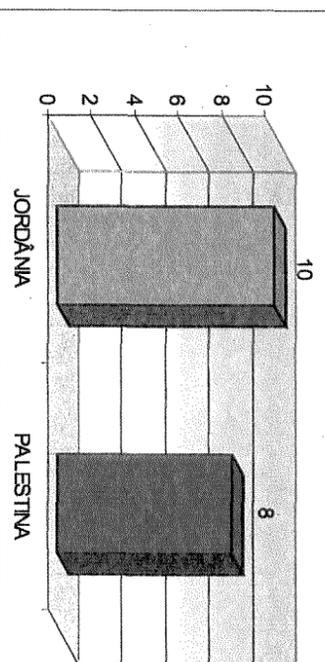
MODALIDADES - REGIÃO 5



MODALIDADES - REGIÃO 7



MODALIDADES - REGIÃO 6



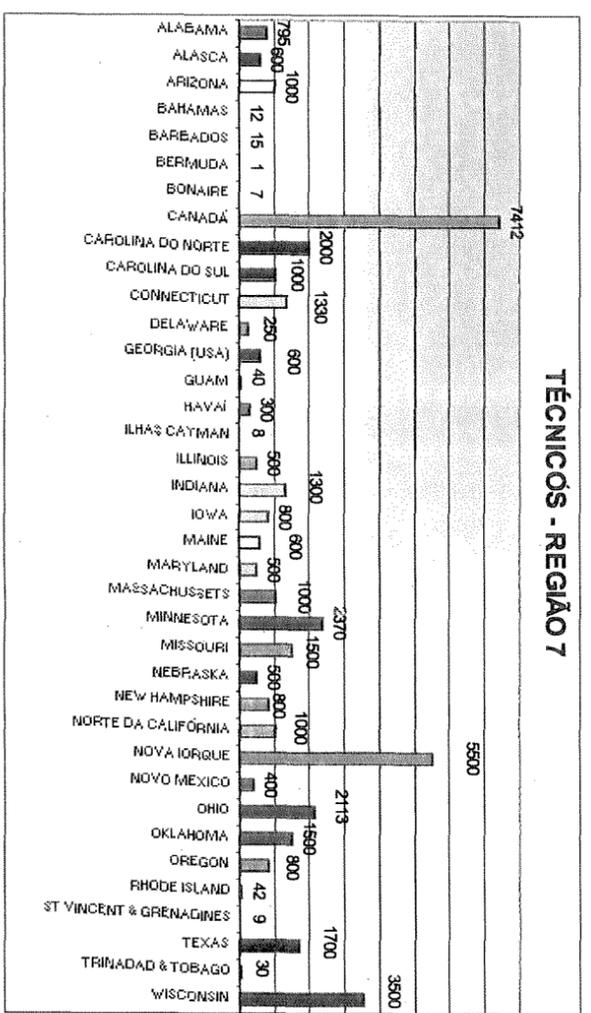
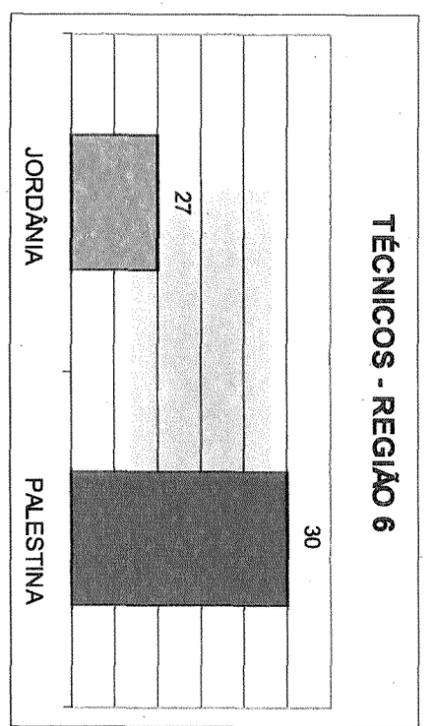
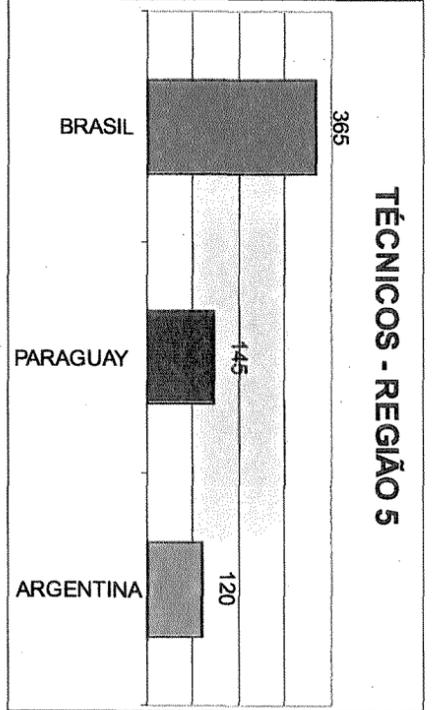
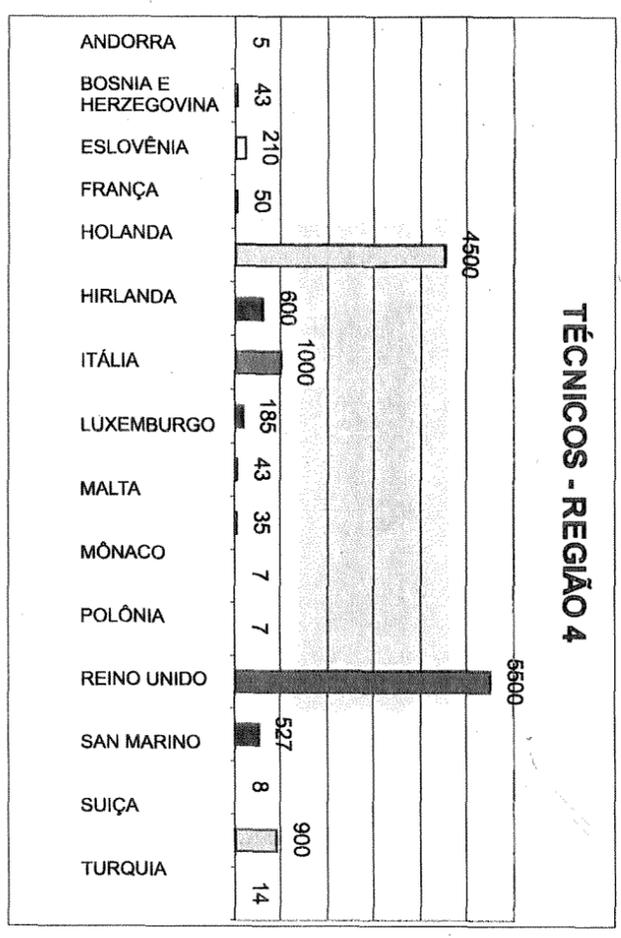
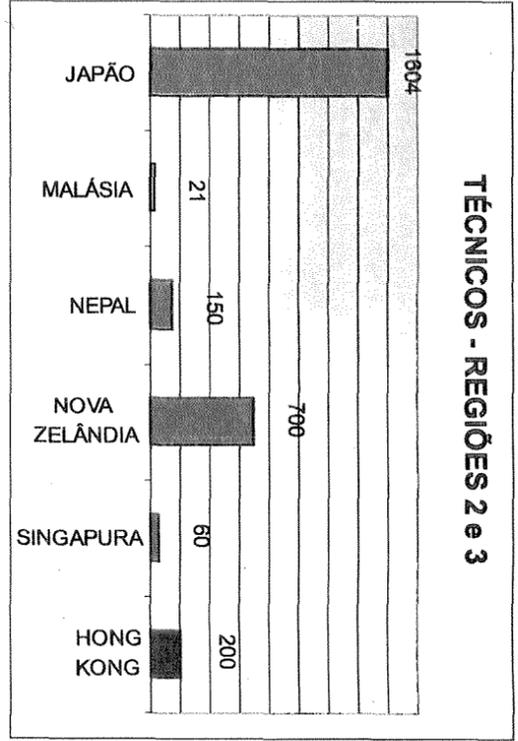
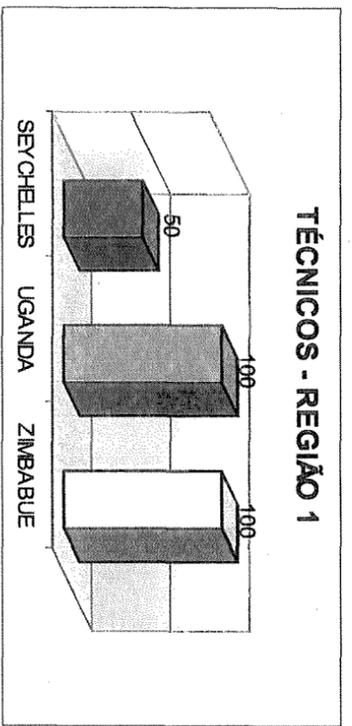
COMENTÁRIO: Como vimos anteriormente, são 26 as modalidades olímpicas desenvolvidas nas Olimpíadas Especiais e as respostas indicam, como podemos observar nos gráficos, que os núcleos que treinam menos esportes são Nepal (região 2) e Uganda (região 1) com 3 e 4 esportes respectivamente.

O que mais desenvolve treinamento é Massachussets/EUA com 28, sendo descritas outras duas modalidades que não constam das provas oferecidas nos Jogos Mundiais.

Essas respostas nos mostram que o número de esportes oferecidos pode ter relação com a situação demográfica, geográfica ou mesmo econômica dos núcleos.

Podemos comparar os estados americanos que teoricamente têm mais facilidades de aplicação dos esportes, seja porque como o programa iniciou nos Estados Unidos pode ser mais conhecido, seja porque a situação econômica americana é mais privilegiada, seja pelo fato de a prática esportiva ser mais difundida, ou mesmo pelo fato de as pessoas com deficiência mental estarem já há mais tempo, usufruindo das possibilidades oferecidas.

Citamos também o exemplo do Brasil que apenas treina duas modalidades de inverno (hóquei sobre piso e patinação no gelo) que podem ser adaptadas em outros espaços, já que outras modalidades são impraticáveis pelo fato de não haver neve no inverno. Além disso, faz pouco tempo que a prática de esportes passou a ser vista como outra possibilidade de atuação para as pessoas com deficiências e as longas distâncias e a situação econômica de muitos inviabilizam a participação no treinamento e nas competições.



COMENTÁRIO: Há uma variedade muito grande com relação a quantidade de técnicos envolvidos com os núcleos e acreditamos que este número tem relação direta com a questão anterior, pois se são treinadas poucas modalidades há necessidade de um certo número de treinadores e, se são oferecidos mais esportes, o contingente conseqüentemente também será maior.

Da mesma forma acreditamos que a maneira como foi formulada a pergunta pode ter levado a essa diferença, pois não houve uma especificação se essas pessoas estão atuando efetivamente ou se constam como cadastradas e já trabalharam em outras ocasiões.

Um exemplo dessa discrepância é núcleo de Bermuda (região 7) que respondeu que há apenas 01 técnico, porém desenvolve 7 modalidades esportivas.

Citamos novamente o caso do Brasil no qual constam 365 treinadores para 13 esportes, porém há mais de 2000 cadastrados que já atuaram ou mesmo continuam atuando, mas que não constam por algum motivo, como atualmente ativos. Mesmo assim, comparando o Brasil com a Argentina, podemos verificar que são 28 técnicos por modalidade no Brasil e apenas 7,5 na Argentina.

De acordo com as respostas, o núcleo que mais tem técnicos é o Canadá (7412) seguido por Polônia (5500), Nova Iorque/EUA (5500) e Holanda (4500) e que desenvolve 14 esportes, sendo que divididos, poderiam corresponder a 529 técnicos por modalidade.

Pergunta 3) Qual a profissão dos técnicos/treinadores?

Muitos dos núcleos não apresentaram respostas nessa questão por desconhecerem a profissão dos envolvidos no treinamento. Outros colocaram que são apenas pessoas voluntárias e que no cadastro não consta esse dado, além de que algumas vezes, o número de envolvidos é tão grande, que impossibilita o registro.

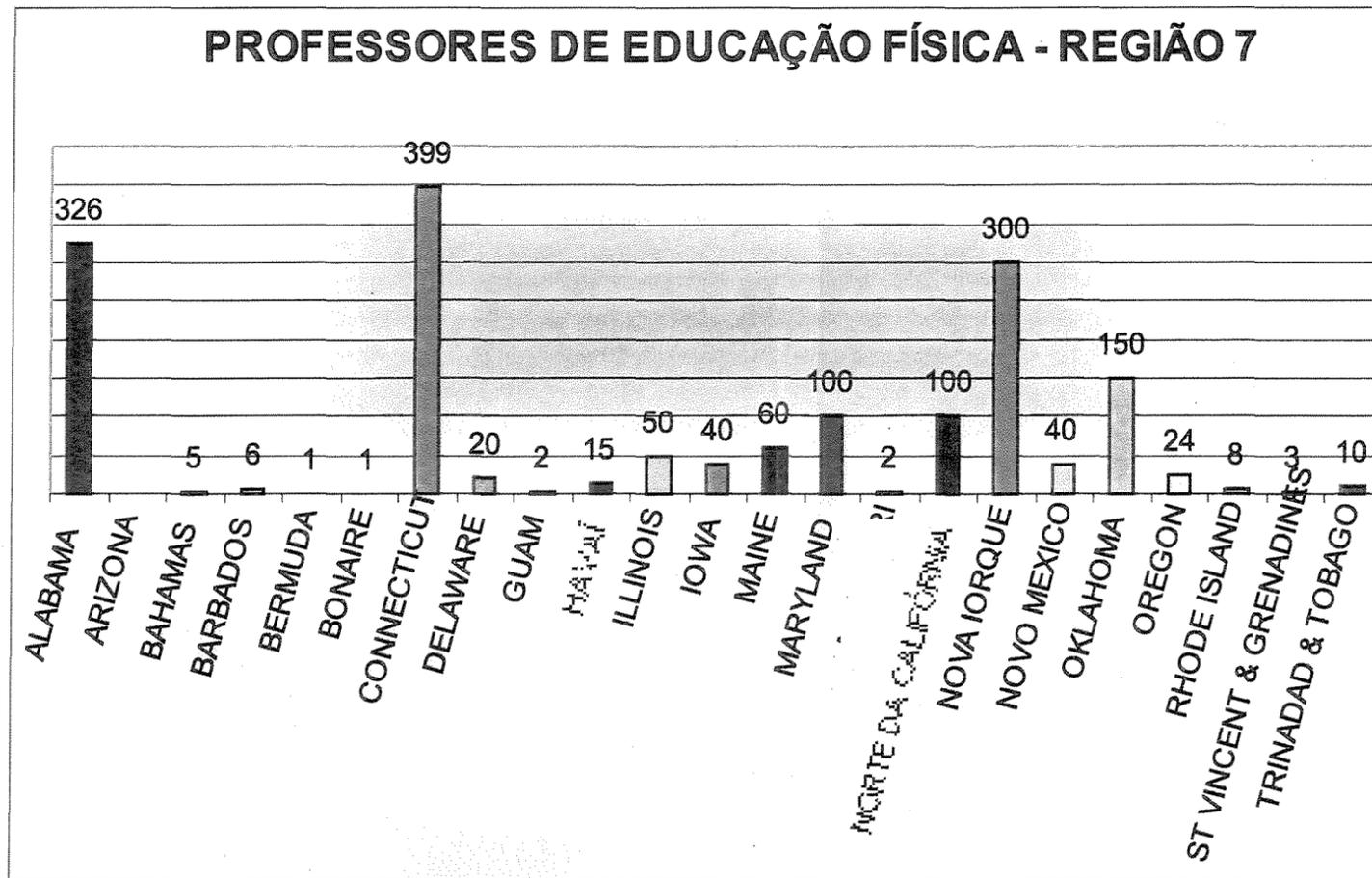
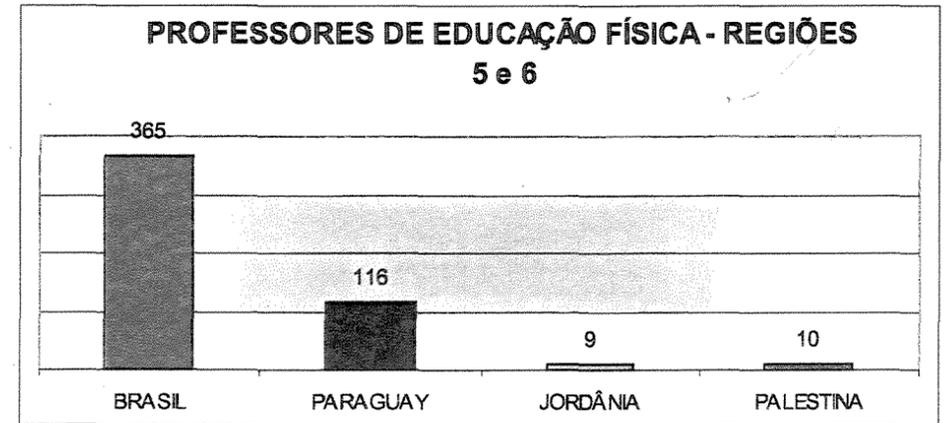
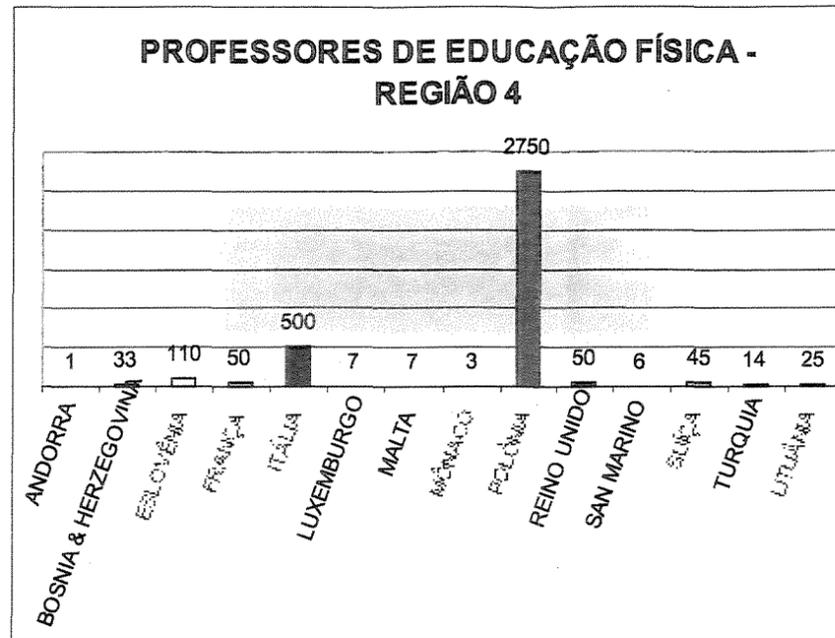
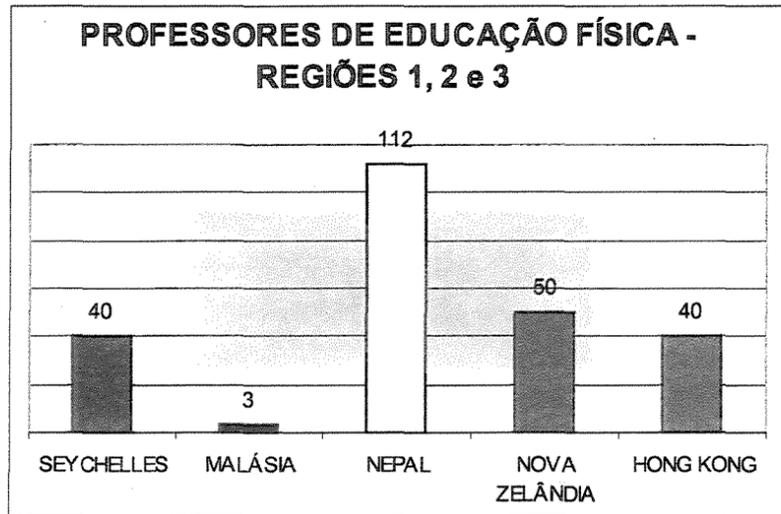
Outros núcleos também citaram que todos são profissionais da Educação Física como verificaremos na próxima questão.

Contudo, as respostas indicam uma variada gama de profissões e dentre elas, as citadas foram:

PROFISSÕES	NÚMERO DE PESSOAS
Emprego Público	3
Fisioterapeutas/recreacionistas	4
Professor de Educação Física	10
Outras	10
Alunos de faculdades	11
Técnico de esportes/atletas	17
Educação Especial	18
Professor	27
Várias	33

Pergunta 4) Quantos são professores de Educação Física?

Nos gráficos a seguir optamos por incluir várias regiões juntas, já que houve menos respostas computadas,



COMENTÁRIO: Apesar de muitos núcleos desconhecerem o número de profissionais da Educação Física envolvidos com o treinamento e não terem respondido essa questão, para nós esses dados são bem relevantes na medida em que pretendemos discutir o perfil do profissional que atua com a prática de esportes. Nos aprofundaremos nesses aspectos na discussão no capítulo seguinte.

Brasil (região 5), França (região 4), Malta (região 4), Turquia (região 4) e Bermuda (região 7) são núcleos nos quais todos os técnicos são profissionais de educação física. Apesar de a Rússia (região 4) não constar no gráfico por não apresentar dados numéricos, sua resposta indica que todos os técnicos devem ser da educação física porque a lei assim exige.

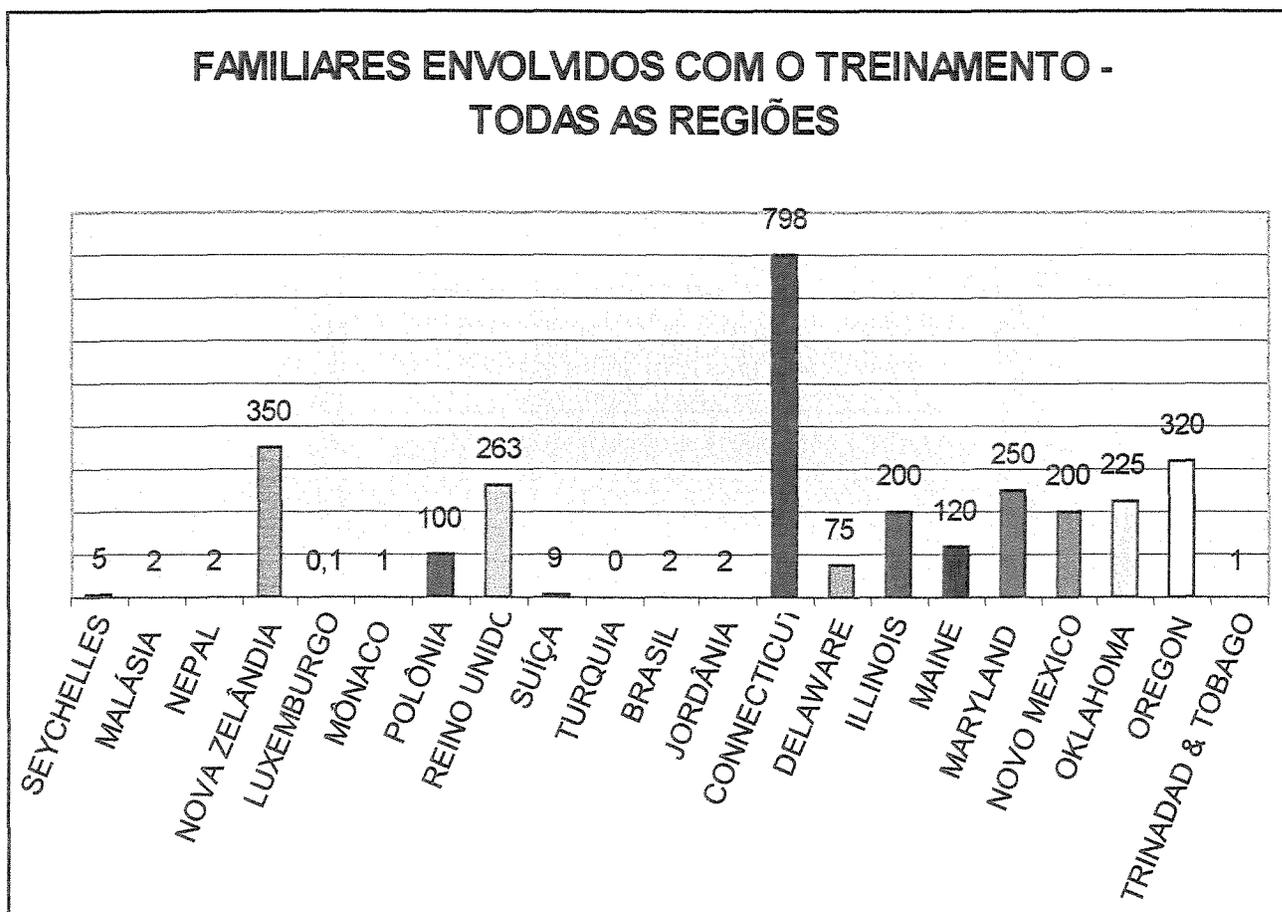
Nepal (região 2), Seychelles (região 1), San Marino (região 4) e Eslovênia (região 4) são núcleos nos quais mais da metade dos técnicos são profissionais de educação física, ao passo que Polônia (região 4), Itália (região 4) e Paraguai (região 5) apresentam metade desses profissionais.

São, em contrapartida, maioria os núcleos que têm poucos professores da área nos seus quadros de técnicos.

Esses dados podem ter relação com o fato de o programa internacional não priorizar a questão do profissional de educação física, ou mesmo de as leis vigentes em cada núcleo serem diferentes das apresentadas por outros.

Sabemos que no caso do Brasil essa questão sempre foi considerada pelo fato de o programa local ser dirigido por profissionais da área, porém só se tornou mais efetiva após a criação do Conselho Federal de Educação Física.

Pergunta 5) Existe grau de parentesco entre os técnicos e o(s) atleta(s) treinados por eles?

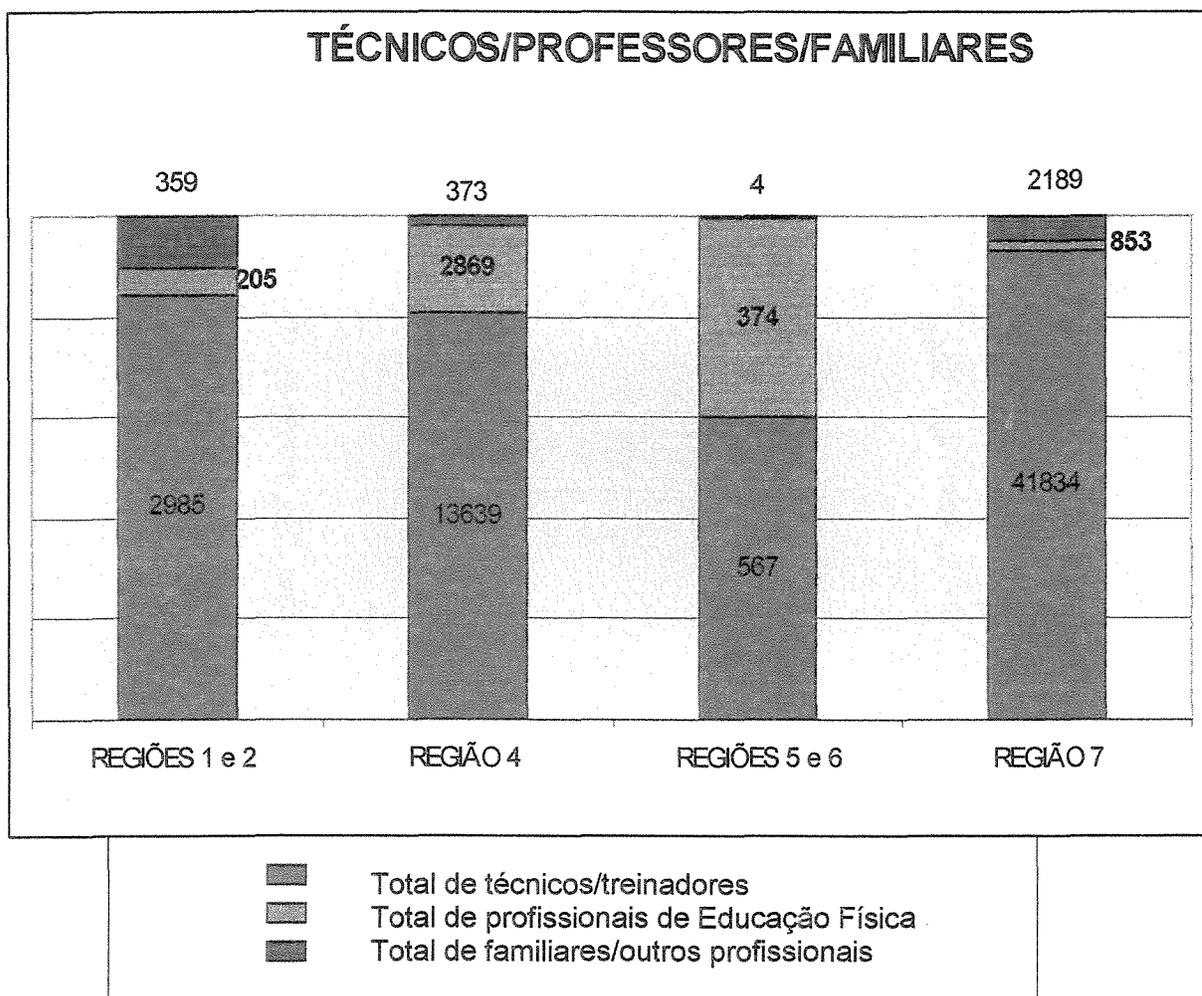


Podemos verificar que conseguimos computar poucos dados numéricos relacionados à esta questão, mas Nova Zelândia (região 2), Maryland/EUA e Novo México/EUA (região 7) são os núcleos em que os familiares envolvidos no treinamento representam metade do número total de técnicos. Como familiares entendemos pais, irmãos e tios.

A maior parte dos familiares envolvidos com o treinamento se encontram nos estados americanos, talvez pelo fato de o trabalho

voluntário nos Estados Unidos ser amplamente valorizado e fazer parte da cultura americana.

No gráfico abaixo, reunimos as informações disponíveis afim de que pudesse ficar mais clara a visualização e a comparação entre as regiões, nos dados que nos são revelantes.



Podemos verificar que o número de familiares nas regiões 1 e 2 (12%) e na 7 (5,2%) é maior do que o número de professores de educação física (6,8% e 2%, respectivamente).

Ocorre o inverso nas regiões 4 com 21% e nas 5 e 6 com 65% de professores de educação física e com 2,7% e 0,7% de familiares respectivamente, sendo regiões nas quais, como vimos anteriormente, existem núcleos que exigem essa formação.

Porém ambos resultados não representam nem a metade do número de técnicos envolvidos no programa, com exceção das regiões 5 e 6 e as razões para que isso ocorra podem ser as anteriormente descritas, ou outras que não foram por nós detectadas.

6 - DISCUSSÃO

Verificamos nos capítulos anteriores a população em questão e suas características, bem como as suas possibilidades de participação nas práticas esportivas.

Quando nos referimos a perspectivas de atuação profissional, estamos nos referindo a todas as pessoas que estão envolvidas com a função de técnico/treinador, sejam professores de educação física ou não, como discutiremos a seguir.

MARQUES; MOURA e CASTRO e SILVA (2001, p. 74) afirmam que o desporto é um meio excelente para a promoção do sucesso psicológico, que a atividade física adaptada abrange todas as formas de participação desportiva de qualquer indivíduo, mesmo aqueles com grandes limitações da capacidade de movimento e que o objetivo da atividade pode se expressar nas dimensões educativa, recreativa, competitiva ou mesmo terapêutica, sendo que a recreativa tem sido menos prevalente.

As Olimpíadas Especiais têm destacado todas essas dimensões por meio dos programas paralelos à competição, apesar de ter como objeto central a ênfase no treinamento e na competição e, muitas vezes, fazendo o papel de outros segmentos da sociedade, como no caso da distribuição de óculos no programa 'Special Eyes'. São intervenções importantes desde que não descaracterizem o programa como um todo e que tenham uma grande abrangência e continuidade, pois hoje, apenas os atletas participantes dos Jogos Mundiais têm esses benefícios, ou seja, ainda uma minoria .

E também, temos constatado o grande número de atletas que são desclassificados nas modalidades individuais ou nas provas adaptadas, por problemas como falta de treinamento adequado para aquela prova, desconhecimento das regras, inscrição em provas não compatíveis com seu nível de habilidade, exceder o limite dos 15% entre os resultados obtidos na qualificação e nas finais, dentre outros motivos.

Muitas das vezes, esse problema é ocasionado pelos técnicos, pois querem de certa forma favorecer seu atleta, ou vencer a qualquer custo. Pode também causar certa influência, a grandiosidade de um evento como os Jogos Mundiais e a importância que as Olimpíadas Especiais têm nos Estados Unidos. Não podemos generalizar, mas a grande maioria das pessoas envolvidas almejam o reconhecimento ao ganhar uma medalha.

Se o técnico/profissional de educação física é uma pessoa compromissada com o treinamento e com a pessoa com deficiência mental, ele seguramente estará alinhado com a filosofia e a missão das Olimpíadas Especiais, deixando muitas vezes a busca de resultados em um plano secundário.

O desporto pode ser um meio de intervenção profissional bem diversificado, no qual abrange diferentes disciplinas e envolve conhecimentos, atitudes e comportamentos específicos.

ROSADAS (2001, p. 95) completa dizendo que o professor de educação física se tornou um “agente de um compromisso humanista e educador, preocupando-se em observar o homem como um ser total e indivisível, que demonstra possibilidades - se estimulado para tanto”.

Nesse aspecto, CARMO (2001) afirma que poucos são os professores de Educação Física que ainda duvidam das possibilidades de as pessoas com deficiências praticarem algum tipo de atividade, seja esportiva, recreativa ou de lazer.

Estudos citados por MARQUES; MOURA e CASTRO e SILVA (2001, p.78) têm mostrado a relação entre as necessidades especiais e o rendimento acadêmico e/ou desportivo, sendo que ainda se sobressaem as estruturas que dificultam ou mesmo inviabilizam a prática desportiva.

Nesse aspecto CARMO (2001, p. 42) afirma que as práticas esportivas vêm sendo transmitidas e adaptadas aos deficientes mais do que estão sendo criadas atividades compatíveis com suas capacidades e condições, que poderá culminar cada vez mais na participação em atividades físicas e desportivas apenas dos mais “aptos, os melhores os mais próximos do mundo dos iguais”.

Com as provas de habilidades individuais e com a divisão por níveis de habilidades, as Olimpíadas Especiais procuram atender o maior número possível de pessoas, e pessoas com diferentes níveis de habilidades esportivas, o que não ocorre com a prática cujo enfoque é o de “rendimento” e “performance” como citamos anteriormente as Olimpíadas das APAEs e o desporto Paraolímpico.

É importante também atender as pessoas que têm habilidades esportivas suficientemente desenvolvidas para participar nas provas regulares, aquelas cujas regras são as mesmas utilizadas pelas Federações Internacionais e Confederações e com todos os aspectos inerentes a elas.

Concordamos com ROSADAS (2001, p. 115) quando afirma que “o nosso objetivo como professores de educação física é romper as barreiras que limitam o desenvolvimento dos deficientes mentais, e não criar outras” e como completam PIRES e LOPES (2001, p. 88)

em matéria de desporto, já não chega só ‘fazer’, é necessário saber ‘por que?’ para depois se decidir ‘como’ se vai realizar e ‘qual’ a melhor maneira possível de o conseguir. Quer dizer que não é qualquer prática que interessa, mas aquela que é reflexiva e crítica, porque senão não passa de uma mera repetição.

Ora, se queremos proporcionar a prática esportiva para as pessoas com deficiência mental, essa deveria ser uma questão relevante, pois a prática implica em proporcionar ao atleta, a autonomia suficiente para que ele possa exercer essa prática fora dos locais ou momentos em que estão sendo supervisionados por um técnico ou professor.

Baseados nos aspectos levantados e nas respostas obtidas dos núcleos que trabalham o programa Olimpíadas Especiais, temos visto que é necessário somente que um voluntário participe de um Seminário de Treinamento, ou siga o Manual de Treinamento das diversas modalidades esportivas para que venha a atuar como técnico, na preparação esportiva, física, psicológica e nutricional do atleta com deficiência mental.

Nesse aspecto, o programa das Olimpíadas das APAEs já é diferente pelo fato de que todos os técnicos são formados em educação física, embora esse programa não seja tão amplo e se limite ao aspecto do treinamento e competição.

A Declaração de Salamanca tem estudado as condições da inclusão na escola e no desporto, as condições de acesso e de adesão ou

afastamento do desporto das pessoas com deficiências, bem como a formação necessária e suficiente dos profissionais da área (MARQUES; MOURA e CASTRO e SILVA, 2001, p.77).

Se formos abordar essa questão da formação necessária e suficiente do profissional, então nos perguntamos qual o comprometimento da Special Olympics Inc. com a atividade esportiva e com a própria educação física? É educacional, é o desenvolvimento esportivo ou é treinamento para competições?

Sabemos que chegar em 1º ou não, não é o foco principal do programa e sim, que os atletas estejam treinando para fazer o melhor de si. Nesse sentido, podemos ver claramente o papel educacional do esporte e se o objetivo do programa é somente esse, dá perfeitamente para ser desenvolvido por qualquer voluntário.

Por outro lado, quando há uma seleção (através do sorteio) de atletas para participar de uma próxima etapa competitiva, deixa de lado o aspecto essencialmente educacional e prioriza o treinamento para competições, pois como as vagas são distribuídas por 'cotas', apenas pequena parcela dos envolvidos será beneficiada. Contudo, entendemos que é muito difícil contemplar a todos e que esse critério de seleção seja o menos injusto, já que possibilita que os 'menos habilidosos' também tenham alguma chance, que de outra forma não participariam de competições esportivas.

Com relação à pesquisa, vimos anteriormente que são oferecidas 28 modalidades esportivas aos núcleos e que grande parte trabalha muitas modalidades, sendo que esse número pode depender de fatores como condições financeiras, de clima, de desenvolvimento geral, dentre outros.

Já na questão seguinte, o número de técnicos/treinadores¹¹ pode variar sensivelmente também por inúmeras razões, estando relacionada ao número de modalidades oferecidas e ao número de atletas atendidos. Podemos levantar como um fator importante a condição financeira, pois nenhuma pessoa recebe salário para trabalhar como técnico das Olimpíadas Especiais, salvo raras exceções, como no caso do Paraguai, em que são contratados 4 profissionais para exercer, em tempo parcial, essa função. Sendo assim, muitos treinamentos são realizados no tempo livre dos voluntários ou mesmo nas escolas ou instituições que os atletas freqüentam.

Além disso, as respostas podem indicar o número de cadastrados e não necessariamente, o número de pessoas atuando diretamente com os atletas, fato abordado anteriormente e que pode ter havido dúvidas no momento de responder, pela falta de direcionamento da pergunta, que não indica com clareza se há necessidade de saber se a pessoa está ou não ativa nessa função.

Novamente citamos o exemplo do Brasil, em que há 365 técnicos atuando diretamente com os atletas, porém, o número de cadastrados como técnicos é superior a 2000.

A pergunta 3 nos mostra a grande variedade de profissionais que atuam com os atletas, prevalecendo, contudo, as pessoas envolvidas com a educação especial. Um fator que pode influenciar significativamente nesse caso, é que muitos núcleos desenvolvem as atividades em escolas ou instituições especializadas, o que acaba por envolver mais profissionais

¹¹ Colocamos o nome de técnicos/treinadores pois o termo "coach" em inglês tem essas duas significações.

da área de educação especial e que muitas delas não contam com um professor de educação física em seu quadro de funcionários.

As perguntas 4 e 5 são as que nos levam a questionar mais a fundo a proposta do programa, pois os gráficos nos mostram que o número de profissionais de educação física envolvidos com o programa ainda é muito inferior em relação ao envolvimento de familiares e principalmente de outros profissionais.

As razões podem ser variadas como a falta de remuneração, de conhecimento mais aprofundado do programa, quando citamos como exemplo o caso dos conteúdos de educação física adaptada nas faculdades brasileiras que pouco abordam ou abordam de uma forma muito superficial o assunto referente ao desporto para pessoas com deficiência mental ou mesmo os programas específicos para esse fim.

Também pode ser pela falta de locais apropriados, já que a inclusão está se desenvolvendo, embora em alguns países ela ainda esteja longe de ocorrer. E nesse aspecto, a escola seria um importante local de aplicação do programa.

Além disso, como já vimos anteriormente, o próprio programa não exige essa formação.

Baseados nos dados obtidos, há um sério risco de vermos comprometidos os objetivos do programa pois quem está preparado academicamente, quem estudou para trabalhar com esporte/competição (quer seja para fins de performance ou para lazer), além de ter estudado sobre as pessoas com deficiências, é o profissional de educação física.

E, nesse aspecto, o programa não privilegia ter esse profissional qualificado, aquele que vai abordar todos os aspectos necessários e

relevantes, bem como a filosofia das Olimpíadas Especiais e também a “filosofia” educacional na área de educação física, na qual preparar - aplicar – avaliar e compreender Educação Física e Esportes, não é só pensar em conquistas mecânicas ou em sorrisos ‘provisórios’.

É mais que isso, é “fundamental que os indivíduos interessados no estudo motor não cometam o erro de torná-lo estanque, copiando esse modelo...” (GALLAHUE; OSMUN, 2001, p. 4) sendo que essa visão estanque significa trabalhar apenas sob o ponto de vista de uma idéia ou sob apenas um ponto de vista.

Completam ainda os autores, que o desenvolvimento humano deve ser analisado a partir da totalidade da espécie, “deve reconhecer, no mínimo, que existe interação entre a composição biológica do indivíduo e suas próprias circunstâncias ambientais peculiares”.

A filosofia das Olimpíadas Especiais não pode desencontrar-se das atuais teorias educacionais e, sendo assim, dos aspectos políticos e econômicos que asseguram o envolvimento profissional adequado e conseqüentemente adequado para trabalhar um desenvolvimento motor coerente com a ciência e a pedagogia de maneira geral, como por exemplo, citamos a falta de remuneração aos técnicos.

O próprio manual de treinamento define que as atividades associadas com as Olimpíadas Especiais foram selecionadas para garantir que sejam seguras, porém, se elas são realizadas de maneira inadequada, podem se tornar uma ameaça desnecessária para a segurança dos participantes.

É por mais essa razão que os técnicos e as outras pessoas envolvidas no planejamento e desenvolvimento dos esportes devem ter um

completo conhecimento da atividade na qual estão trabalhando. E nesse aspecto, enfatizamos mais uma vez que o profissional de educação física está mais apto a desenvolver de forma adequada todas as atividades relacionadas com o treinamento.

Porém o programa internacional se acha auto-suficiente no aspecto relacionado ao treinamento, pois o diretor da SOI para América Latina afirma que têm muitos profissionais que não são formados pela universidade, "mas são formados ou treinados pela Special Olympics" e embora isso esteja mudando, pois a SOI "está abrindo as portas para as Universidades", é um fato recorrente. E que mesmo assim, o profissional de educação física deve receber treinamento específico da SOI para trabalhar.

Interessante verificarmos que, ao invés de as Universidades abordarem o tema das Olimpíadas Especiais, há uma inversão de valores e o treinamento oferecido pela SOI se torna mais importante que o conhecimento adquirido na formação acadêmica.

Então, quando questionamos qual o futuro que queremos para as Olimpíadas Especiais, nos deparamos com a necessidade de sugerir que a administração do programa internacional reveja esse aspecto do profissional de educação física, evitando que se estigmatize ainda mais a idéia de que para trabalhar com pessoas com deficiência mental, é necessário apenas conhecer um pouco da deficiência ou apenas conhecer o indivíduo ou apenas conhecer o esporte. Enfim, não há necessidade de serem profissionais, mas sim serem pessoas disponíveis, de boa vontade ou de coração bom...., apenas.

Não significa, tampouco, que quando o programa procura dar oportunidade a todos, que o trabalho possa ser feito de qualquer jeito, sem critérios.

Não queremos com isso, descartar o trabalho dos voluntários sem formação em educação física, pois achamos de suma importância o envolvimento dos mesmos, porém, acreditamos que eles poderiam atuar em outros aspectos que permeiam as Olimpíadas Especiais como na arrecadação de fundos, na divulgação do programa, no apoio aos treinamentos enfim, de muitas outras igualmente relevantes.

Vale ressaltar que muitos deles são familiares das pessoas com deficiência mental e que o apoio da família é essencial para o desenvolvimento e autonomia do atleta e também do próprio programa.

Não concordamos na utilização desses voluntários como técnicos, por não terem a qualificação necessária para uma atuação com "o corpo", ou com a atividade física.

Se as Olimpíadas Especiais querem continuar sendo um referencial/ diferencial como programa de esportes para pessoas com deficiência mental, devem continuar se preocupando não só com o aumento no número de atletas, mas com a qualidade no atendimento, em mais possibilidades de autonomia, levando em consideração as diferenças regionais e culturais, e ainda, analisar e acatar as opiniões dos principais envolvidos que são os atletas.

Muitos atletas, em reunião dos APLs, citaram como exemplo a questão dos sorteios que poderia ser revista já que a grande maioria não compreende essa forma de seleção. Se não houver uma mudança, que

pelo menos haja mais esclarecimentos para todos os envolvidos sobre o sistema de sorteio.

No caso do Brasil, podemos dizer que o programa respeita as regras e determinações internacionais, mas está além delas pois valoriza as diferenças culturais e tem a preocupação (que se tornou exigência após a regulamentação da profissão e da criação do CONFEF) que os técnicos ou treinadores sejam professores de educação física, preocupação essa que difere da proposta da SOI quando diz que qualquer pessoa pode se tornar um técnico de Olimpíadas Especiais.

Com o intuito de comparar o programa brasileiro aos demais núcleos e ao programa internacional, foi realizada como apoio metodológico, uma entrevista na cidade de Valinhos – SP no dia 11 de Outubro de 2001, com o presidente (entrevistado 1) e o diretor de esportes (entrevistado 2) das Olimpíadas Especiais Brasil, abordando algumas questões referentes ao envolvimento de voluntários no treinamento dos atletas.

Será feita a descrição da entrevista, seguida de nossos comentários.

1) Como a Associação Olimpíadas Especiais Brasil (AOEB) vê a questão de os treinamentos serem conduzidos por voluntários não profissionais de educação física?

Entrevistado 1: “No caso do Brasil o treinamento é talvez menos problemático, porque buscamos 100% de professores de educação física e eles conhecem as regras dos esportes e sabem trabalhar o atleta e com que intensidade pode trabalhar ou não.

Senão pelo menos ele (o voluntário) deve passar pelo Seminário de Treinamento, embora não se pode treinar uma pessoa em 2 ou 3 dias, mas pode pelo menos alertar que certas coisa ele não pode fazer sem perguntar a um especialista ou profissional”.

COMENTÁRIO: o entrevistado enfatiza a formação do profissional da área.

2) Como a AOEB vê a utilização dos Guias de Treinamento (Manuais) estudados nos Seminários que muitas vezes servem de “cartilhas” para os treinamentos, principalmente pelos voluntários?

Entrevistado 2: “esses guias só foram traduzidos, não foram adaptados à nossa realidade. O nosso profissional está muito além do que contém os guias. Eles se aplicam em países com situação de desenvolvimento pior do que a nossa principalmente na área de esporte. Tem muitos, na própria América Latina, na África, têm países em que você tem que contar com a pessoa voluntária que talvez tenha praticado o esporte e aí passa a ser um voluntário para ajudar a treinar o atleta, pela absoluta falta de um profissional, que não é a nossa realidade geral.

Por essa razão inclusive, que a gente tem evitado de levar as Olimpíadas Especiais no Brasil, para o interior muito distante, zonas rurais, que é onde a gente sabe que existe a carência de profissional de educação física.

Conforme explica ainda, em reunião com a direção da América Latina, em discussão sobre técnicos, algumas coisas do pessoal de treinamento, surgiu essa idéia de que qualquer um pode treinar, aí eu fiz um alerta, lembrando que no Brasil, não pode.

Por duas razões: primeiro porque a gente acha que não é qualquer um que pode estar treinando, para treinar é preciso conhecer o treinamento, é fundamental e segundo porque há uma lei no Brasil que criou o Conselho Federal de Educação Física que determina que a ação física é feita por um profissional formado. Então, a gente tem uma restrição legal, no Brasil hoje, que é a realidade a gente tem que seguir e eu não posso abrir um Seminário de Olimpíadas Especiais para quem quiser treinar atleta.

Temos sensibilizado o máximo alunos de educação física, por isso nossa aproximação com as Universidades...pode trazer o aluno que está estudando e que tem o professor para tirar dúvidas. Agora, ir numa comunidade e dizer 'quem quiser treinar vem aqui que vou dar um curso' isso jamais seria feito".

Entrevistado 1: "tanto que a nossa estratégia de crescimento está sancionada para o leigo. E tem sido levada em consideração".

COMENTÁRIO: os entrevistados enfatizam mais uma vez a formação do profissional da área, porém no que diz respeito aos Manuais, sabemos que eles são amplamente utilizados, mesmo não se adequando muitas vezes à nossa realidade.

3) Foi questionado aos entrevistados, se uma prática equivocada ou mal preparada não poderia incorrer em uma lesão ou dano secundário ao atleta?

Entrevistado 1: “para evitarmos danos secundários estamos buscando essa melhoria profissional”.

Entrevistado 2: “se for feito um estudo, talvez o Brasil seja um país com menos índice de acidentes com atleta especial. Se fizer um levantamento em competições internacionais você vai ver que o número de atletas lesionados do Brasil, é muito abaixo da maioria dos países. Por que? Porque o trabalho é feito por quem entende. O atleta quando chegou ali, ele chega numa situação que ele pode fazer o que ele é capaz de fazer, enquanto alguns outros casos você tem uma situação de risco que não é a recomendável.

Um acidente ou uma lesão é passível de acontecer para qualquer um, mesmo no caso do profissional formado, você vai encontrar em algum momento da nossa profissão, alguém que embora tenha diploma, embora tenha habilitação legal [...] não está atualizado, então a pessoa muitas vezes está trabalhando fora do padrão e que pode causar um acidente,

não voluntariamente, mas até por desconhecimento, disso ninguém está livre. A nossa possibilidade de acidente até aqui tem sido mínima e já tivemos muito evento no Brasil e participamos de muitos fora, isso é uma satisfação, o que dá confiança no trabalho.

Comparando a questão do risco de lesão entre a Alemanha e outros países, diz que eles (os alemães) têm uma vantagem, a atividade física é uma coisa que é feita na escola desde o 1º momento, então, qualquer criança lá, quando chega na idade para passar para a adolescência, ela tem, via de regra, uma base motora bem feita, então o risco dela se acidentar no esporte é muito menor. Agora, você pega um país que não tem a preocupação de trabalhar a atividade motora nas idades menores (de 0 a 4, de 5 a 7, iniciação esportiva de 7 a 9), quer dizer, de repente aos 11 anos querer ensinar esporte para um menino que não tem coordenação, não tem equilíbrio, não tem agilidade, não tem flexibilidade, o risco dele de acidente é muito maior”.

COMENTÁRIO: há novamente a questão da formação, além de que há ênfase por parte do entrevistado 2 de que em todos os eventos nos quais o Brasil já participou ou mesmo realizou, o índice de acidentes secundários é muito baixo ou inexistente. Pode ter influência direta, o fato de os atletas serem treinados por profissionais da área.

4) No que se refere ao item do Guia do Treinador que diz que “as Olimpíadas Especiais procuram incentivar as famílias a fazer parte do treinamento do atleta”, bem como pelo grande número de respostas apontando muitos familiares envolvidos com o treinamento e ainda, pela observação feita durante a realização dos Jogos Mundiais de Verão, em 1999, quando grande número de familiares atuava também como técnico, foi indagado aos entrevistados:

- A) Como as Olimpíadas Especiais encaram esta questão?;
- B) Se a família não pode vir a influenciar na organização do evento no qual o filho está participando?
- C) Se o familiar está treinando um grupo e, dentre os atletas está seu filho, e o familiar não pode, de alguma maneira, não deliberadamente, mas fazer uma atividade que estaria protegendo seu filho, ou fazendo com que se sobressaia, ou mesmo fazer com que o filho apareça um pouco mais do que os outros?

Entrevistado 2: “eu acho que influencia, mas que essa questão colocada nesse guia tem um erro de interpretação e tradução. Quando eles falam, pelo que eu já vi lá, incentivar a família no treinamento, é uma coisa que talvez a gente possa fazer no Brasil também. Não é incentivar o pai pra (*sic*) ser treinador, mas incentivar o pai a ajudar o filho a não ficar em casa por exemplo vendo televisão.

É levar ele (*sic*) para treinar ou quando ele está de folga em casa, por que que eu não vou dar uma corrida com o meu filho?..., ele está treinando basquete 3 vezes por semana

com o professor e tem 2 dias que ele está aqui em casa...nós estamos livres agora, por que a gente não vai bater uma bolinha?...vou incentivá-lo a continuar fazendo.

...A gente parte daquele pressuposto do deficiente mental, o nosso cliente, o atleta especial, ele tem uma dificuldade maior de retenção da aprendizagem, então ele demora mais para aprender certas coisas, então se ele apenas for duas vezes por semana fazer o treinamento na escola com o técnico da escola ou da comunidade, os outros cinco dias que ele não faz, ele tenderia a perder aquilo que ele fez, então ele teria uma dificuldade para fixar a aprendizagem.

Então, tem que incentivar a família a incentivar o filho, na hora que ele está livre lá, a fazer o arremesso. Essa é a idéia de fazer com que o pai ou a mãe assumam o papel de treinador”.

Entrevistado 1: “a idéia é que o familiar assista os eventos, acompanhe o treinamento e ajude o filho a treinar direito.”

Na questão da interferência na “proteção” do filho enquanto atuantes como treinadores (questões B e C), **ambos** acham que isso é um fato natural, porém que deve ser evitado.

COMENTÁRIO: Pode realmente haver uma confusão de interpretação no que está escrito, mas os dados nos mostram que ainda há muitos familiares atuando como treinadores e não como 'apoio'.

Seria importante então, uma reimpressão dos Manuais com informações mais claras, além de um entendimento por parte da Special Olympics Inc. de que o envolvimento dos familiares é muito importante, mas ele pode ser de inúmeras outras formas, afim de não prejudicar a participação de seu (sua) filho (a) ou mesmo das outras pessoas da equipe.

5) Novamente enfatizando a questão dos voluntários ou familiares atuarem como treinadores.

Entrevistado 2: “eu acho que aí também tem mais um outro lado, né (*sic*) que é a questão da oportunidade de participação. Então, de repente a gente tem que imaginar que em alguns lugares ou você faz da forma como é possível ser feito, mesmo sem ter um profissional, ou você não faz. E a gente sabe que nesse caso específico com atleta especial... se você não fizer naquele momento, não vai fazer nunca mais. Então, em algumas situações... que explica, embora não justifica, é a possibilidade real. Dou como exemplo uma cidade da Colômbia onde quem fazia o esporte para os atletas era o padre do local e se não fosse ele, não ia ter nada.

Essa é uma situação que eu acho que entre não oferecer nada e ter uma oportunidade de tentar pelo menos melhorar alguma coisa, vale a tentativa”.

COMENTÁRIO: considerando a questão por esse aspecto, é realmente preferível que os atletas tenham chances de participação a não terem nada e essa mesma situação pode estar ocorrendo em vários núcleos com menores condições.

Seria então importante que a SOI tivesse uma atuação mais efetiva nesses locais de mais dificuldades, realizando mais seminários, fazendo parcerias com escolas, colocando coordenadores regionais com conhecimento específico, enfim, atuando mais próxima.

6) Colocamos aos entrevistados algumas respostas obtidas, as quais se referiam ao pequeno número de professores de educação física atuando. Foi então levantada a questão de que em alguns países na França, Rússia e Brasil, há a exigência que os técnicos têm que ser graduados em educação física.

Entrevistado 2: “é, eu acho que há uma visão histórica das Olimpíadas Especiais, da forma como ela foi criada, com a melhor das intenções, [...] mas ela talvez, não sei se por cultura americana até mesmo no início, ela dava uma simplicidade ao esporte que na realidade o esporte não tem essa simplicidade assim, então, é fácil fazer esporte, todo mundo gosta, é perfeito, mas só que existe uma coisa que é você fazer o esporte sem nenhum compromisso e existe uma outra que é você criar o hábito da prática esportiva.

Aí quando você vai para o lado correto das Olimpíadas Especiais que é criar o hábito do treinamento e da competição, então você tem que estudar.

Mas isso não é privilégio só das Olimpíadas Especiais, ainda as pessoas acham que qualquer um pode fazer, não precisa treinar...”

Entrevistado 1: "em alguns lugares você aprende uma coisa e executa, isto é fato e em alguns países não tem essa profissão regulamentada, como no caso da Alemanha. Na Alemanha é relativamente livre e muitos professores não são reconhecidos como 'professor' lá, mas eles podem exercer porque não têm restrição”.

COMENTÁRIO: por um lado é importante criar o hábito da atividade física, porém não podemos descartar que o cuidado na qualidade do trabalho deve ser o mesmo que utilizamos para com as outras pessoas e ainda muito maior, pelo fato de atuarmos com pessoas que são mais facilmente 'sugestionadas' ou direcionadas a fazerem o que planejamos para elas quase sempre sem qualquer questionamento, pela dificuldade de compreensão ou ainda pelas próprias condições impostas pela deficiência. No caso específico da Alemanha nos detemos nas informações do entrevistado por não podermos compará-la com outros núcleos, tendo em vista que não participaram da pesquisa. Acreditamos contudo, que essa restrição também não ocorra em vários dos núcleos pesquisados.

7) Perguntado se não há dificuldades, por parte dos técnicos, no entendimento e na aplicação da filosofia das Olimpíadas Especiais, quando o importante passa a ser a participação e não só o resultado?

Entrevistado 2: “se temos problemas no Brasil com alguns professores em relação à resistência na aplicação da filosofia e identidade das Olimpíadas Especiais, nas competições internacionais podemos verificar que o Brasil é um dos poucos países que respeita integralmente a filosofia, pois quando se monta a equipe nacional, há uma supervisão do trabalho diário com os professores”.

COMENTÁRIO: como há uma supervisão, no Brasil não temos apresentado problemas, mas dá para percebermos em alguns casos, durante os Jogos Mundiais, que a filosofia não é aplicada e que muitos técnicos se utilizam de regras ou atitudes contrárias a fim de obterem resultados favoráveis.

Finalizada a entrevista, daremos seqüência à discussão.

Como prega SOI que o treinamento a ser aplicado aos atletas com deficiência mental engloba desde a parte técnica/tática, conhecimento de regras, a preparação física, preparação psicológica (treinamento mental) e nutrição, nossa preocupação se torna mais pontual, pois o treinador/voluntário/ não professor, não está capacitado para abordar todas essas questões que são inerentes à profissão de educação física.

O nosso objetivo não é descaracterizar o programa, mas acreditamos em um trabalho direcionado por um professor de educação física, que seja coerente com a capacidade de cada indivíduo.

Ou como diz AMARAL (2001), um trabalho que leve o professor a aprender sobre aqueles que são diferentes mas que podem dar ao mundo a lição de que todos temos qualidades para contribuir, não importando nossas limitações e que esse professor tem o poder de fazer a diferença e ele pode levar o atleta a "ser 'feliz' através de uma atividade física, por menos tradicional e 'eficiente' que ela seja".

O formato desse programa tem sido visto como de grande importância no processo de inclusão e reconhecimento social sendo que a diferença e a exclusão ficam bem menos acentuadas, pois proporciona aos atletas com deficiência mental, o entendimento de suas habilidades e o respeito às diferenças individuais, no qual, voltamos a frisar, a ênfase é no talento do atleta e não no atleta com talento.

Porém, mesmo com toda a preocupação em oferecer oportunidades, em trazer esse indivíduo para a vida ativa, em realizar um trabalho coerente, tem sido constante a constatação da descontinuidade da prática esportiva pelos atletas das Olimpíadas Especiais e isso pode ocorrer por diversas razões. das quais citamos como exemplos fatos que muitas vezes ocorrem no Brasil e que podem ocorrer igualmente em outros núcleos.

- 1) Muitas pessoas com deficiência mental não freqüentam instituições, escolas, clubes ou programas de esportes e, quando participam, dependem na grande maioria das vezes, de alguém que as conduzam ao local de prática esportiva. Algumas cidades

brasileiras oferecem o passe de ônibus livre para a pessoa com deficiência, porém não para seu acompanhante, o que pode exercer grande influência.

- 2) Geralmente o mesmo atleta participa de diferentes esportes. Como historicamente muitas possibilidades de participação comunitária eram negadas para as pessoas com deficiência mental, muitos deles hoje fazem diferentes atividades a fim de aproveitarem as possibilidades, além de que podem melhorar em vários aspectos, desde os comportamentais até os motores. Mesmo dentro da instituição ou escola, as práticas são as mais diversas e várias vezes seguem um calendário próprio e descontínuo.
- 3) O calendário dos Jogos Mundiais que é o evento máximo das Olimpíadas também pode ser prejudicial. Por exemplo, o atleta vem treinando em seu local de prática uma modalidade de verão (natação). Terminado o ciclo de competições de esportes de verão (regionais, estaduais, nacionais e mundial), o treinamento pára e ele começa a treinar para o próximo ciclo que é de inverno. Mesmo ele preferindo a natação, o treinamento agora é de hóquei sobre piso. Ou ele continua praticando natação em outro local ou ele segue com o grupo. O que temos visto é que, geralmente, ele segue com o grupo. Além do que, ou o professor muda o esporte e com isso pode ampliar a habilidade motora dos alunos, mesmo interrompendo a continuidade, ou ele fica só em um esporte e os alunos ficam fora de outras possibilidades de prática motora.

- 4) A maioria das instituições especializadas/escolas que se juntam ao programa tem no máximo 1 ou 2 professores de educação física, sendo que eles estão em número suficiente para atender as demandas da instituição/escola, mas também têm que dar conta do treinamento. Em determinados momentos, o profissional pode ter que deixar o treinamento de lado por falta de tempo ou por exigências do próprio cronograma da instituição, levando-se em conta que nem todos os atendidos participam desse treinamento. Se houvesse a possibilidade de haver mais profissionais, a continuidade poderia ser possível.
- 5) Há poucas competições durante o ano nas regiões. Isso implica em uma atuação econômica mais efetiva do programa nacional ou de patrocinadores para que se aumente o número de eventos competitivos e conseqüentemente fazer com que os atletas tenham mais chances de colocar em prática o que têm treinado, além de dar oportunidades aos que não vão participar dos Jogos Nacionais ou dos Mundiais, sendo um fator de motivação na continuidade da prática esportiva.

Como vimos, é um programa interessante para ser aplicado porém, como todos os outros, apresenta falhas, das quais podemos citar algumas críticas relacionadas aos rumos que o programa¹² vem tomando, ou seja, a SOI com o objetivo de aumentar de qualquer forma o número de atletas atendidos, e de enfatizar os programas paralelos ao esporte (capítulo 3.2) tem deixado de lado algumas das principais características que fizeram

¹² Durante a realização desta pesquisa, houve um problema entre a direção da SOI e as Olimpíadas Especiais Brasil, culminando no descredenciamento da AOEB.

dele um programa diferente, ou seja, um programa cujo objetivo estava centrado na prática esportiva pelo atleta especial.

As Olimpíadas Especiais contemplam o paradigma de que as pessoas com deficiência mental têm condições de atuar na sociedade como qualquer outra pessoa e a prática esportiva facilita essa participação, pois como visto anteriormente, enfatiza suas capacidades. Em contrapartida, em nome de uma 'profissionalização' que a SOI tem sugerido, tem ocorrido a contratação de dirigentes que pouco contato ou pouca vivência têm com a população atendida e que pode mudar os rumos do programa futuramente.

No nosso entender, para que as Olimpíadas Especiais continuem sendo um programa de referência para atletas, familiares e voluntários, seria interessante que os técnicos fossem pessoas formadas em educação física, que dessem aos atletas especiais a chance de conseguirem se sobressair e mostrar seu valor por meio de uma prática esportiva de qualidade.

7- CONCLUSÃO

A prática esportiva como parte do processo de desenvolvimento e reconhecimento das pessoas com deficiência mental, tem nos mostrado que é tão importante quanto as outras práticas, sejam elas culturais, intelectuais, sociais ou de trabalho, pois está centrada em incentivar o crescimento pessoal, ampliar seu universo de ação e com isso, favorecer a autonomia.

Alguns autores se referem à prática esportiva como uma forma de minimizar as limitações das pessoas com deficiência mental, mas ela é mais abrangente.

Ela pode proporcionar uma nova visão de que são pessoas diferentes, como todos somos, e que têm potenciais de desenvolvimento e de participação, como todos temos. De forma mais lenta, algumas vezes? Pode ser, mas igualmente importantes.

Nesse sentido, a missão das Olimpíadas Especiais está em concordância com os objetivos do esporte adaptado, que é dar oportunidades de participação a todos, mesmo para as pessoas com maior comprometimento motor. Além disso, procura valorizar o que cada um consegue realizar, pois suas provas são divididas por níveis eqüitativos de habilidades.

É um programa de larga abrangência e em constante crescimento internacional, que utiliza o apoio dos voluntários e das famílias dos atletas, sendo que os técnicos e dirigentes estão enquadrados na denominação 'voluntários'.

Porém, como pudemos observar nessa pesquisa, muitas das pessoas que estão atuando como técnicas dos atletas com deficiência mental, organizando, preparando e executando treinamentos esportivos e competições, não são profissionais da educação física.

Como a educação física é uma área que engloba todos os aspectos inerentes ao treinamento e como os conteúdos em educação física adaptada tem dado conta de trabalhar com as pessoas com deficiências no paradigma do desenvolvimento de suas competências, acreditamos ser esse profissional, o mais indicado para atuar como técnico.

E a prática esportiva também pode ser agente de inclusão da pessoa com deficiência numa sociedade na qual a noção de 'diferente' tem superado a idéia de 'não eficiente' e na qual a aceitação dessas diferenças está cada dia mais presente, pois como afirma AMARAL (2001), "re-significar a diferença/deficiência representa um movimento no sentido de des-adjetivar o substantivo diferença. Ser diferente não é melhor nem pior. A diferença/deficiência simplesmente é."

A própria evolução tem contribuído na maneira pela qual as pessoas com deficiência mental têm sido vistas, tratadas ou classificadas. Essa forma mais humanista tem ajudado significativamente na formação dos novos valores sociais. Além disso, a prática de esportes também tem sido significativa para o reconhecimento das possibilidades dessas pessoas,

além da melhora na saúde, da auto-estima, das aptidões sociais, das funções acadêmicas, enfim, das áreas do comportamento adaptativo.

A partir destas constatações, este estudo pode se tornar uma referência para que a SOI (Special Olympics Inc) siga o exemplo do Brasil e de países como França, Rússia, Malta e Turquia e dê mais prioridade ao profissional de educação física na atuação como técnicos. Um caminho viável seria através de convênios com faculdades ou universidades, no qual o aluno conheceria mais a fundo sobre o programa e participaria de eventos realizados por ele.

Essa mudança pode fortalecer ainda mais o programa, visto que poderá incorrer em práticas mais adequadas e em atuações mais seguras, desmistificando a idéia de que pode ser qualquer um.

Finalmente, pudemos concluir com essa pesquisa, que o compromisso que temos quando atuamos com o esporte para as pessoas com deficiência mental, deve ser no mínimo igual ao compromisso que temos com as outras pessoas, pois o que importa não é apenas a vitória ou vermos nosso atleta no pódio para receber a medalha.

Importante é ver a satisfação do atleta ao conseguir superar as suas dificuldades, ao se superar. É ver seu sorriso quando ele diz: "quero vencer. Mas se não puder vencer, quero ser valente na tentativa".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R. C. et al. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. São Paulo: Manole, 1985.

ALMEIDA, J. J. G. de. **Estratégias para a aprendizagem esportiva: uma abordagem pedagógica da atividade motora para cegos e deficientes visuais**. Campinas: 1995. (Tese - Doutorado em Educação Física).

AMARAL, L. A. Atividade física e diferença significativa/deficiência: algumas questões psicossociais remetidas à inclusão/convívio pleno. In **Anais do IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada. SOBAMA**. Curitiba, 2001.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. **Retraso Mental. Definición, clasificación y sistemas de apoyo**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. Brasília: Indesp, 1998.

ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL. **Guia de estudo para o curso de treinadores avançados**. Brasília – DF: Secretaria dos Desportos da Presidência da República DEPED, 1997.

ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS BRASIL. **Estatuto**. [S.n.t.] (fotocópia).

BAGATINI, V. **Educação física para o excepcional**. Brasília: SEED/MEC, 1982.

BARROS, J. de F., CAVALCANTE, O . A , OLIVEIRA, R. J. Deficiência mental e atividade física. Em: **Revista Digital**. Buenos Aires – Año 5, nº. 23 - Julio 2000. Disponível em: www.efdeportes.com. Acesso em Julho de 2002.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental**. Campinas: Papyrus, 1997.

BRASIL/MEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP**. – Brasília: a Secretaria, 1994, pp. 13-23.

BRUNET, F., BUI-XUÂN, G., DEJEAN, O. Étude “activités physique, santé, qualité de vie”. Enquête sur les bénéfices des activités physiques sur la santé et la qualité de vie des personnes déficientes intellectuelles. **11^{ème} Symposium international sur l’activité physique adaptée SIAPA**. Québec, Canadá, 1997.

CARMO, A A do. Inclusão escolar e Educação Física: que movimentos são esses?. Em: **Anais do Simpósio Internacional de Dança em Cadeira de Rodas**. UNICAMP, Curitiba: ABRADecAR, 2001.

CHAPIREAU, F., CONSTANT, J., DURAND, B. **Le handicap mental chez l’enfant. Une synthèse neuve pour comprendre, agir, décider**. Paris: ESF Éditeur, 1997.

CIDADE, R. E. A ; FREITAS, P. S. de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. 124 p.

- CONTANDRIOPOULOS, A-P et al. **Saber preparar uma pesquisa**. 3^a ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 215p.
- COSTA, A . M. da. Atividade física e esportes para portadores de deficiência física. Em: **Lazer, atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN: Ministério do Esporte e Turismo, 2001. pp. 53-87.
- DEPAUW, K., GAVRON, S. J. **Disability and Sport**. Champaign, Ill: Human Kinetics, 1995.
- DE POTTER, J. C. Questions on the teaching process of physical activities to mentally retarded persons. 251-257. Em: VAN COPPENOLLE, H. e SIMONS, J. **Better by moving**. Leuven: ACCO, 1990.
- DUARTE, E. Adaptação e a pessoa portadora de deficiência. In **Anais do IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada**. Curitiba, SOBAMA, 2001. pp 35-36
- DUARTE, E., RODRIGUES, J. L., TAVARES, M. C. disponível em: www.unicamp.br/cco/saude/smv_1/smv-1_12.htm. Acesso em: Agosto de 2002.
- DYKENS, E. M., COHEN, D. J. Effects of SPECIAL OLYMPICS, INC. on social competence in persons with mental retardation. Em: **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**. Vol. 35, Number 2, Feb. 1996.
- ENUMO, S. R. F., KERBAUY, R. R. Prevenção da deficiência mental nos períodos pré, peri e neonatal. Em: **Revista Brasileira de Educação Especial**. Vol II, Número 3, 1995, pp.73-91
- FERRAZ, O. L. O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências. Em: DE ROSE JR. D. (Org). **Esporte e atividade física na**

infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 25-38

FERREIRA, A . I. F. Avaliação motora para a pessoa deficiente mental nas APAEs da região de Campinas-SP: um estudo de caso. Campinas, 1997 (tese – doutorado em Educação Física da UNICAMP).

FERREIRA, J. R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993.

FORGHIERI, Y. Psicologia fenomenológica. São Paulo: Pioneira, 1989. 112p.

FREITAS, P. S., CIDADE, R. E. A. Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus. UBERLÂNDIA, MG: Gráfica Breda, 1997. 86p.

FREITAS, P. S. (org). Educação Física e esporte para deficientes: coletânea. Uberlândia: UFU, 2000. 148p.

GALLAHUE, D; OSMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor. Bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

GIL, A . C. Como elaborar projetos de pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.160p.

GREGUOL, M. Educação Física Adaptada. Disponível em: www.fitmail.com.br/site/061200. Último acesso em 11/07/2002

HIRST, C. C. e MICHAELIS, E. Retarded kids need to play: a manual for parents and other teachers. New York: Leisure Press, 1983.

HOLLE, B. Desenvolvimento motor na criança normal e retardada. São Paulo: Manole, 1990.

- HORWITZ, S. M. **The health status and needs of individuals with mental retardation**. Washington-DC: Special Olympics, Inc., 2001.
- JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.
- KIRK, S. A. e GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. 2a. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LAMBERT, J-L. **Enseignement spécial et handicap mental**. Bruxelles, Belgium: Pierre Mardaga éditeur, [199-].
- LEITÃO, M. T. K. **Procedimentos de ensino do tênis de campo para portadores da síndrome de Down**. Campinas, 1998 (dissertação – mestrado em Educação Física).
- LEITÃO, M. T. K.; BERGAMO, V. R. Recursos humanos e o esporte para portadores de deficiência mental. Em: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **Temas em educação física adaptada/ Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. [S.L.]: SOBAMA, 2001. p26-32.
- MACGRAW, D. **Adapted physical education**. Em: SPORTTIME – adapt-talk. Disponível em <<http://www.lyris.sporttime.com/cgi-bin/lyris.adapt-talk>> Acesso em 20 de dezembro de 2000.
- MANTOAN, M. T. E., FERREIRA, A. I. F., RODRIGUES, J. L. **Essas crianças tão especiais**. Brasília: CORDE, 1993.
- MARQUES, U. M., MOURA E CASTRO, J. A ., SILVA, M. A . Actividade física adaptada: uma visão crítica. Em: **Revista Portuguesa de Ciência do Desporto**. Vol.1. n^o 1., 2001. 73-79.
- MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. São Paulo, 1995 (tese – doutorado em Psicologia da USP).

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência.** Brasília: SESI-DN: Ministério do Esporte e Turismo, 2001.

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. Em: DE ROSE JR. D. (org). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 90 - 98

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. In: **Educação Física e Desporto para pessoas portadoras de deficiência.** Brasília, MEC-SEDES, SESI-DN, 1994(a).

PEDRINELLI, V. J. Pessoa portadora de deficiência mental e a prática de atividades motoras. In: **Educação Física e Desporto para pessoas portadoras de deficiência.** Brasília, MEC-SEDES, SESI-DN, 1994(b).

PEDRINELLI, V. J. In: documento eletrônico do dia 18/6/2001, provedor uol, às 14:21.

PERA, A . In: documento eletrônico do dia 13/3/2002, provedor ig, às 20:18.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: USP, 1984.

PETTENGILL, N. Política Nacional do esporte para pessoas portadoras de deficiência. Em: **Lazer, atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência.** Brasília: SESI-DN: Ministério do Esporte e Turismo, 2001.p.19-51.

POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE. [S.n.t.]. Fotocópia.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores.** Campinas: Papyrus, 1993.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, J. L. **Educação Física no contexto interdisciplinar e a pessoa portadora de deficiência**. Piracicaba, 1991 (dissertação mestrado em Educação na Universidade Metodista de Piracicaba).

RODRIGUES, J. L. In: Curso sobre deficiência mental. **Simpósio SESC São Carlos de atividades físicas alternativas e adaptadas**. Maio de 1998.

RODRIGUES, D. **Atividade Motora como recurso para o portador de Deficiência Mental**. Apostila do I Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, Unicamp, 1995.

ROSADAS, S. C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente (Eu posso. Vocês duvidam?)**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1989.

ROSADAS, S. C. Atividade física e esportiva para portadores de deficiência mental. Em: **Lazer, atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN: Ministério do Esporte e Turismo, 2001.pp.89-134.

ROSADAS, S. de C. & PEDRINELLI, V. J. Metodologia aplicada ao deficiente mental. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno texto do curso de capacitação de professores multiplicadores em educação física adaptada**/Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC, SEESP, 2002.

SANTOS, M. P. dos **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. Documento eletrônico de 12/06/2001.

SANTOS, S. Comportamento adaptativo. In: **Revista de Educação Especial e Reabilitação**. III Série. Vol. 7. Número 1. Jan./Junho 2000, pp. 37-43.

SCHMIDT, R. A. **Motor learning and performance instructor's guide**. Champaign, Ill.: Human Kinetics, 1992.

SEAMAN, J. A & DEPAUW, K. P. **The new adapted physical education: a developmental approach**. Palo Alto, CA: Mayfield Publishing Company, 1982.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política nacional de educação especial: livro 1/MEC/SEESP - Brasília: a Secretaria**, 1994.

SHERRILL, C. **Adapted physical activity, recreation and sport: crossdisciplinary and lifespan**. New York: WCB/McGraw-Hill, 1998.

SHERRILL, C. (Editor). **Leadership training in adapted physical education**. Champaign, Ill: Human Kinetics, 1988.

SILVA, A . G. da. **O movimento apaeano no Brasil. Um estudo documental (1954 – 1994)**. São Paulo, 1995 (dissertação – mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

SPECIAL OLYMPICS, INC. **How to start a Special Olympics healthy athletes program. Creating a legacy of health care for Special Olympics athletes**. Washington-DC: Special Olympics, Inc, [199-].

SPECIAL OLYMPICS, INC., **Special Olympics official general rules**. Washington-DC: Special Olympics, Inc, 1997(a).

SPECIAL OLYMPICS, INC. **Tennis - Special Olympics Sports Skill Program**. Washington-DC: Special Olympics, Inc, 1997(b).

SPECIAL OLYMPICS, INC. **Official Special Olympics summer sports rules**. 2000-2003 revised edition. Washington-DC: Special Olympics, Inc., 2000.

SPECIAL OLYMPICS, INC. **Promoting health for individuals with mental retardation – A critical journey barely began**. Washington-DC: Special Olympics, Inc., 2001(a).

SPECIAL OLYMPICS, INC., **What is Special Olympics?** Releases. Washington-DC: Special Olympics, Inc., 2001(b).

SPIRIT. **The Magazine of Special Olympics**. Washington-DC: Special Olympics, Inc., Quarter 2, 2000.

THOMAS, J., NELSON, K. J. **Research methods in physical activity human kinetics**. Champaign, Ill: [s.l.], 1996.

TURNER, R. **Elegibility**. Disponível em: <http://www.roger.freeseve.co.uk/nsapmh/INAS-FID_Eligibility.htm>.

Acesso em 05 de fevereiro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

VELASCO, C. G. **Brincar. O despertar psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996. p.90-91.

WINNICK, P. J. **Adapted physical education and sport**. Champaign, Ill: Human Kinetics, 1990.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International classification of functioning, disability and health**. Geneva, WHO, 2001. Disponível em: <<http://www.who.org.com>> . Acesso em: 20 de outubro de 2001.

SITES DA INTERNET

1. http://www.aamr.org/policies/faq_mental_retardation.shtml>. Acesso em fevereiro de 2002.
2. <http://www.abdem.com.br>>. Acesso em fevereiro de 2002.
3. <http://www.apaebrasil.org.br/conteudo/noticias/n-vxcongresso.htm>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2002.
4. <http://www.ardemsp.com.br>>. Acesso em fevereiro de 2002.
5. <http://www.entreamigos.com.br/textos/esporte>> Último acesso em 18 de julho de 2002
6. <http://www.inas-fid.org>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2002
7. <http://www.ifapa.net>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2002
8. <http://www.olimpiadasespeciais.com.br>>. Acesso em: Março de 2002
9. <http://www.paralympic.org>>. Acesso em: 03 de Março de 2002
10. <http://pe.central.vt.edu/adapted/adaptedisabilities.html>>. Acesso em 23 de fev. de 2002.
11. <http://www.specialolympics.com>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2002
12. <http://www.techs.com.br/apae/movimento.htm>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2002

ANEXOS

1 - QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS NÚCLEOS POR E-MAIL

Olá,

Meu nome é M. Teresa Leitão, sou coordenadora nacional de tênis das Olimpíadas Especiais Brasil.

Por favor, disponha de alguns minutos para responder o questionário abaixo, cujas respostas serão utilizadas na minha tese de doutorado em Educação Física Adaptada.

Obrigada

- 1) Quantos esportes estão incluídos no seu programa (verão e inverno)?
- 2) Quantos técnicos/treinadores estão trabalhando com atletas?
- 3) Qual a profissão dos técnicos/treinadores?
- 4) Quantos são professores de educação física?
- 5) Existe grau de parentesco entre os técnicos e o(s) atleta(s) treinados por eles?

1.1. QUESTIONÁRIO EM INGLÊS

Hello,

My name is M. Teresa Leitão and I am the national tennis coordinator for the Special Olympics Brazil.

Please take a few minutes to answer the questionnaire below (in numbers if possible).

The data will be used in my doctorate thesis in Adapted Physical Education. Thank you very much

- 1) How many sports are included in your program (winter and summer)?
- 2) How many coaches/trainers are working with the athletes?
- 3) What is the profession of the coaches/trainers?
- 4) How many of them are Physical Education teachers?
- 5) Is there any family relationship between them and the athlete(s) coached by them?

1.2. QUESTIONÁRIO EM ESPANHOL

Hola! Yo soy Maria Teresa Leitão, soy coordinadora de ténis de las Olimpiadas Especiales de Brasil.

Me gustaría, si posible, que contesten al cuestionário abajo, cuyas respuestas serán utilizadas en mi tesis de doctorado en Educación Física Adaptada. Muchas Gracias

- 1) Cuántos deportes son incluidos en su programa? (verano e invierno)?
- 2) Cuántos entrenadores están trabajando com los atletas?
- 3) Cuáles son las profesiones de los entrenadores?
- 4) Cuántos de ellos son profesores de educación física?
- 5) Hay alguno grado de parentesco entre los entrenadores y los atletas entrenados por ellos?

2 – CLASSIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS

PROGRAMA: _____

ESPORTES: _____

Atletismo

Natação

Basquete

Boliche

Bocha

Patinação de velocidade

Softball

Tênis

Ciclismo

Futebol

Ginásticas (artística e rítmica desportiva)

Golfe

Levantamento de peso

Badminton

Vôlei

Tênis de mesa

Equitação

Handball

Hóquei sobre piso

Ski alpino

Ski nórdico

Cross country

Patinação artística

Patinação de velocidade sobre o gelo

Snowshoeing

Snowboard

NÚMERO DE TÉCNICOS: _____

PROFISSÃO: Professor

Fisioterapeuta

Recreacionista

Alunos de faculdades

Atletas olímpicos/técnicos esportivos

Professor de Educação Especial

Secretária

Comércio

Emprego público

Outras

Várias

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: _____

FAMÍLIAS/OUTROS PROFISSIONAIS _____

3 – QUADRO DE RESPOSTAS

#N/D = não disponível

NÚCLEOS	Modalidades	Técnicos	Professores de Educação Física	Familiares	Região
SEYCHELLES	7	50	40%	10%	1
UGANDA	4	100	#N/D	poucos	1
ZIMBABUE	10	100	nenhum	não	1
FILIPINAS	9	#N/D	#N/D	raramente	2
JAPÃO	15	1604	#N/D	alguns	2
MALÁSIA	6	21	10-15%	2	2
NEPAL	3	150	75%	1%	2
NOVA ZELÂNDIA	15	700	50	50%	2
SINGAPURA	9	60	nenhum full time	poucos	2
HONG KONG	13	200	20%	improvável	3
ANDORRA	13	5	1	não	4
BOSNIA & HERZEGOVINA	5	43	33	sim	4
ESLOVÊNIA	9	210	110	não	4
ESPANHA	13	#N/D	mínimo	alguns	4
FRANÇA	8	50	50	poucos	4
HOLANDA	#N/D	4500	#N/D	alguns	4
IRLANDA	11	600	#N/D	alguns	4
ISLÂNDIA	13	#N/D	maioria	alguns	4
ITÁLIA	13	1000	500	muitos	4
KAZAQUISTÃO	14	180-190	maioria	alguns	4
LUXEMBURGO	10	35	20%	1-2%	4
MALTA	7	7	7	parentesco	4
MÔNACO	10	7	3	1	4
NORUEGA	7	#N/D	#N/D	muitos	4
POLÔNIA	19	5500	50%	100	4
REINO UNIDO	19	527	50	40 - 50%	4

NÚCLEOS	Modalidades	Técnicos	Professores de Educação Física	Familiares	Região
RÚSSIA	15	#N/D	todos	nenhum	4
SAN MARINO	7	8	6	não	4
SUÍÇA	13	900	5%	1%	4
TURQUIA	6	14	14	0	4
LITUÂNIA	14	43	25	alguns	4
BRASIL	13	365	365	2	5
PARAGUAY	8	145	80%	não	5
JORDÂNIA	10	27	9	2	6
PALESTINA	8	30	10	sim	6
ALASCA	14	600	poucos	alguns	7
ARIZONA	16	1000	#N/D	4-5%	7
BAHAMAS	5	12	5	não	7
BARBADOS	8	15	6	não	7
BERMUDA	7	1	1	vários	7
BONAIRE	7	7	1	não	7
CANADÁ	14	7412	não sabem	alguns	7
CAROLINA DO NORTE	18	2000	#N/D	muitos	7
CAROLINA DO SUL	21	1000	alguns	muitos 10%	7
CONNECTICUT	23	1330	30%	50-60%	7
DAKOTA DO NORTE	15	#N/D	poucos	muitos	7
DELAWARE	16	250	20	30%	7
GEORGIA (USA)	23	600	#N/D	alguns	7
HAVAÍ	10	300	5%	grande no.	7
ILHAS CAYMAN	7	8	0	não	7
ILHAS VIRGENS	5	#N/D	grande no.	#N/D	7
ILLINOIS	19	500	10%	40%	7
INDIANA	14	1300	poucos	muitos	7
IOWA	22	800	5%	sim	7
MAINE	18	600	10%	15 - 20%	7
MARYLAND	14	500	100	250	7
MASSACHUSSETS	28	1000	#N/D	alguns	7

NÚCLEOS	Modalidades	Técnicos	Professores de Educação Física	Familiares	Região
MINNESOTA	22	2370	#N/D	alguns	7
MISSOURI	19	1500	0.1%	muitos	7
NEBRASKA	18	500	vários	muitos	7
NEW HAMPSHIRE	23	800	#N/D	geralmente	7
NORTE DA CALIFÓRNIA	20	1000	100	muitos	7
NOVA IORQUE	20	5500	300	10%	7
NOVO MEXICO	14	400	40	50%	7
OKLAHOMA	14	1500	10%	10-15%	7
OREGON	13	800	2-3%	30-40%	7
RHODE ISLAND	21	42	20%	alguns	7
ST VINCENT & GRENADINES	7	9	3	sem conexão c atletas	7
TEXAS	20	1700	#N/D	muitos	7
TRINADAD & TOBAGO	9	30	10	1	7
WASHINGTON	16	#N/D	poucos	muitos	7
WISCONSIN	17	3500	#N/D	#N/D	7
OHIO	15	2113	#N/D	#N/D	7
GUAM	4	20-60	1ou 2	não freqüente	7
MARYLAND	19	centenas	maioria	01/mar	7
ALABAMA	19	795	326	alguns	7

4 – AUTORIZAÇÃO



**Olimpíadas Especiais
Brasil**

Treinando Para a Vida

Ofício N° 087/2001

Valinhos-SP, 01 de novembro de 2001.

Ilustríssima Senhorita
Prof. Ms. MARIA TERESA K. LEITÃO
Prefeitura Municipal de Jundiaí – Projeto PEAMA
Jundiaí - SP

Prezada Professora,

Ao nos dirigirmos a Vossa Senhoria queremos, em primeiro lugar e em nome da *Associação Olimpíadas Especiais Brasil*, agradecer-lhe pela dedicação, carinho e competência com que tem sido conduzido, desde 1995, os trabalhos do nosso programa nas atividades do PEAMA – Jundiaí.

Pelo presente acusamos o recebimento do seu E-Mail datado de 5 de outubro próximo passado em que é solicitada autorização para utilização, em sua Tese de Doutorado em Educação Física que está sendo desenvolvida na **Faculdade de Educação Física da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas**, de materiais de nossa entidade juntamente com dados colhidos durante os Jogos Mundiais de Inverno das Olimpíadas Especiais - 2001 realizados em Anchorage, Alaska, USA.

Gostaríamos de informá-la que, **além de concedermos a necessária autorização formal**, queremos manifestar nossos melhores agradecimentos por sua iniciativa em incluir nosso programa em sua tese, fato este que irá, indubitavelmente, contribuir para aumentar o conhecimento público do programa *Olimpíadas Especiais*. Como é do seu conhecimento, através de sua Missão e Filosofia, *Olimpíadas Especiais* vem, desde 1968, quebrando barreiras, rompendo estigmas e colaborando, de forma decisiva, na valorização e inclusão social das pessoas portadoras de deficiência mental.

Reiterando nossos cumprimentos iniciais desejamos sucesso ao seu trabalho e nos colocamos à disposição para outras informações pelo **Fone/FAX (0XX) (19) 3869 3161**, em nossa sede à Rua Ulysses Pedrosa de Oliveira Filho, 321, Valinhos -SP, CEP 13270-420 ou ainda pelo E-Mail aoebr@terra.com.br

Atenciosamente,


DIETER FANTA
PRESIDENTE